



Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Tondela, no edifício do auditório municipal, com a ordem de trabalhos abaixo descrita.

Antes de ser dado início à sessão, tomaram posse, perante o presidente da mesa e a assembleia, por um dia, os membros Martinho Loureiro Rodrigues e Alfredo de Jesus Cabral, em substituição dos membros Carlos Viegas e Marisa Fernandes.

Iniciados os trabalhos pelo presidente da mesa da assembleia, foram entregues na mesa, da parte da presidente da junta de freguesia de Canas de Santa Maria, do presidente da junta de freguesia de Lajeosa do Dão, do presidente da junta freguesia de Santiago de Besteiros e do presidente da União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo, delegações de competência de representação, respetivamente nas pessoas dos senhores: João Carlos Antunes, Firmino dos Santos, João Paulo Ferreira e José Carlos Ferreira, de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

De acordo com a folha de presenças, cerca das nove horas, constatou-se a falta dos seguintes membros Nelson Almeida e António Ferreira, que tinham justificações para as faltas, tendo, estas, sido aceites pela mesa.

1-Período de antes da Ordem do Dia

1.1Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 29 de abril

Interveio o membro Rui Santos para dizer que ao ler a ata verificou que certas transcrições não fazem sentido, embora não seja nada significativo, nem substancial. Contudo, deixa o alerta.

O secretário Sérgio Rodrigues respondeu que faz a verificação, após a transcrição ser efetuada, dando algum sentido à mesma. Contudo, disse que, por vezes o que os membros dizem oralmente, durante a assembleia, quando é passado a escrito muitas das vezes não faz sentido, pelo que se depara com dificuldades, muitas das vezes, em agregar as palavras para que estas possam fazer algum nexos, tendo receio que não seja o sentido



que o seu expoente pretende dar, afirmando que é muito difícil procurar o sentido daquilo que, alguns membros pretendem, por vezes, transmitir, Colocada à votação, a ata de 29 de abril foi aprovada por unanimidade pelos presentes na sessão de abril.

1.2.Leitura de expediente

Foram presentes: o relatório financeiro e de atividades da Câmara Municipal de Tondela; Livro verde para a reforma da Democracia Municipal e Valorização do Papel das Assembleias Municipais, enviado pela Associação Nacional de Assembleias Municipais; ofício do Sindicato dos Professores da Região Centro apelando a que as câmaras e assembleias não assumam as competências, no âmbito da educação, que o governo pretende transferir; moção de recomendação, sobre requalificação do IP3, enviado pela Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões; jornais: “Associação” e “Voz das Misericórdias”.

1.3.Exposição oral pelos Membros da Assembleia

Iniciou-se a exposição oral pelos membros da assembleia, com a intervenção do membro Abílio dos Santos, do grupo parlamentar do CDS-PP, com o voto de congratulação ao Clube Atlético de Molelos. Anexo 1.

De seguida, foi a vez do grupo parlamentar do PSD, tomando da palavra o membro Regina Coimbra, com a intervenção que se transcreve:

“Bom Dia.

Bom dia, Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Sr. Presidente da Câmara, restantes elementos da mesa, Srs. Vereadores, Membros da Assembleia Municipal,

Comunicação Social e todos os presentes!

A RUTURA DO SERVIÇO DE ONCOLOGIA



O Centro Hospitalar de Tondela-Viseu “atingiu o ponto de rutura” no serviço de Oncologia e os profissionais de saúde dizem-se incapazes “de garantir a consulta e tratamentos de quimioterapia para novos doentes”.

Só com um médico oncologista (quando devia ter três, no mínimo), com a cirurgia oncológica em risco e sem capacidade para garantir tratamentos de quimioterapia para os novos doentes que têm de ficar a aguardar.

O centro hospitalar é “altamente deficitário em recursos humanos e limitado por instalações físicas” com fracas condições.

São submetidos a cirurgia no centro hospitalar cerca de 350 doentes com patologia oncológica do aparelho digestivo, 160 doentes com cancro da mama e ainda doentes oncológicos do foro ginecológico e urológico.

E há ainda “centenas” de pessoas a fazer quimioterapia endovenosa no centro hospitalar, assim como outras “centenas” que se encontram a aguardar este tratamento.

A saturação do serviço era “previsível” há meses!

Há doentes que precisam de quimioterapia e que estão “em suspenso à espera de uma solução” – o que pode condicionar a eficácia do tratamento. Para estes doentes oncológicos, muitos deles debilitados física e psicologicamente, uma solução que envolva múltiplas viagens para outra instituição é simplesmente inoportável, como foi referida numa possibilidade de se deslocarem a Coimbra.

É responsabilidade da tutela, o Ministério da Saúde, assumir a condução deste assunto de extrema gravidade e que é, aliás, fruto da política de desinvestimento do governo no Sistema Nacional de Saúde.

A Inoperância e Incompetência do SNS, tutelada pela Ministra da Saúde, é ESCANDALOSA!



Handwritten signatures and initials in blue ink.

O SNS já está à míngua de recursos por causa dos cortes financeiros deste Governo.

Se ainda por cima é politicamente mal gerido, então o futuro é bem NEGRO!

É extraordinário como Centeno é um homem de gelo, tudo o que lhe interessa é fazer brilharete com o défice e a sua carreira. Está-se completamente nas tintas para os utentes, que têm de permanecer e, por vezes, dormir em macas nos corredores, com as luzes sempre acesas, os intercomunicadores aos berros, e fazer as fezes numa arrastadeira se não conseguirem andar. Confirma-se através do bastonário a grande culpa deste governo de esquerda na destruição do SNS.

Governar em Portugal resume-se a duas operações sequenciais: Operação 1: “emitir dívida” (endividar a população). Operação 2: distribuir pelas clientelas.

Poder-se-á falar em “governo” num Estado que não sabe quantos “funcionários” emprega?

Não se teria chegado a esta situação se a ARS Centro tivesse correspondido às reivindicações do conselho de administração e se o centro oncológico não tivesse sido um embuste do Governo e dos partidos que o suportam no parlamento.

O conselho de administração do Centro Hospitalar Tondela Viseu solicitou à ARS a autorização para a abertura de mais duas vagas a concurso para oncologista”, uma área crítica deste Centro, uma vez que em 2018 receberam tratamento 1278 e até junho de 2019, 1602 doentes.

Tendo a ARS conhecimento de tal situação não autorizou a abertura de uma vaga...

Quais são os critérios para definir as prioridades da região centro?

Afinal de quem é a culpa?



Porque é que só agora se reconhece a situação crítica do serviço?

Porque não se autorizou a abertura do concurso para mais uma vaga para o quadro?

É solução, celebrar protocolos com os hospitais de Vila Real e de Santa Maria da Feira? Nada fica resolvido...”

Continuaram os trabalhos e, seguidamente, interveio o membro João Carlos Antunes, com a moção, relativa ao atraso da requalificação do IP3, que se transcreve:

“Moção

O Itinerário Principal nº3 que faz a ligação entre as cidades de Viseu e Coimbra, constitui-se como uma via estruturante e de máxima importância para a mobilidade e desenvolvimento desta vasta região do país.

Há muito que este troço, de cerca de 90 km, é objeto de preocupação governamental com vista à sua requalificação ou à sua substituição.

Há muito que as más condições da via têm contribuído para um elevado número de sinistros com perdas de vidas humanas e causa de elevado sofrimento.

Há muito que aquela via carece de investimento numa manutenção eficaz e duradoura, sendo causa de preocupação para quem tem diariamente de a percorrer.

Depois de ter sido anunciado publicamente o ano de 2019 como a data para a conclusão do projeto de requalificação daquela importante via, surgiram informações nos órgãos de comunicação social (e não desmentidas), dando conta que tal compromisso político só iria concretizar-se no terceiro trimestre de 2021.

Esse anúncio empurra para um futuro uma intervenção que se deseja seja concretizada de forma urgente em ordem a proporcionar condições de segurança aos milhares de utilizadores que diariamente percorrem aquela via.

Tendo presente que é dever do Estado Português, através do governo em funções, proporcionar todas as condições de segurança aos utilizadores daquela via, a Assembleia



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão extraordinária 26-06-2019

Municipal de Tondela apresenta esta Moção dirigida aos Exmo. Primeiro Ministro, Exmo. Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação no sentido de:

1-Se dar cumprimento ao compromisso assumido pelo antigo Ministro do Planeamento e Infraestruturas, Pedro Marques, que apontava para a conclusão do projeto de requalificação do IP3 no ano de 2019.

2-Que o atual Ministro das Infraestruturas e habitação reafirme e se comprometa com os princípios sobre esta matéria, acordados com a região que envolvem autarquias, forças empresariais e serviços regionais.

3-Existir empenho do governo e dos organismos estatais que tenham tutela sobre esta matéria no sentido de não existirem mais adiamentos no cumprimento dos prazos das obras já contratualizadas.”

De seguida, foi a vez do membro Guilherme Duarte, com a intervenção que se transcreve:

“Cumprimentos.

Portugal, ainda hoje continua a ser um país a duas velocidades, Portugal, ainda hoje continua a ser um país de assimetrias, Portugal, ainda hoje, ao fim de mais de uma década, não conseguiu arranjar a solução, não a ótima, mas alguma, que realmente as pessoas sentissem a intenção e a vontade de se fixarem no interior do país.

Deparamo-nos constantemente, nas diversas fontes de informação, da forma, do modelo e das vontades em construir um país forte, coeso e dinâmico por ele todo.

Mas acontece um momento que deixa tudo a desejar, O momento das promessas, sempre curioso pelo seu timing mas mais curioso ainda, pelas promessas em si.

Todas elas de grande dimensão, todas elas envolvem grande investimento, privado ou publico ou apenas público-privado, mas temos notado nos últimos tempos, que de todas essas promessas anunciadas, grande parte delas são adiadas.



Alcides
Bras
—X

A nossa Região tem vivido, infelizmente para quem quer viver cá, para quem quer fazer vida por cá, momentos de muita demagogia populista por parte de quem governa, nomeadamente, por parte de quem governa o país.

Já nos vamos habituando, aos power-points atrás de power-points, aos projetos atrás de projetos, às justificações atrás de justificações, verdade é que nem IP3, nem Centro Oncológico, nem o tal Plano de Proximidade tanto anunciado, que hoje provoca manifestações e petições por parte de autarcas do nosso distrito, nem Linha da Beira Alta, nada do prometido, apenas e só, a já proclamada há cerca de dois anos, ampliação das urgências do Centro Hospitalar, que é de salientar que apenas se iniciou devido ao esforço e compromisso financeiro assegurado por algumas das autarquias do Distrito.

Poderia ficar por aqui, mas peço o mínimo, e esse mínimo é o que todos nós, como cidadãos que vivemos num estado de direito, mas também de deveres, deve exigir a quem nos governa, peço o normal funcionamento dos serviços da responsabilidade do estado central.

O caso do Centro Hospitalar Tondela -Viseu, em que recentemente fecha a unidade de Oncologia devido à falta de médicos, em que estes ou não se propõem a trabalhar ou abandonam o serviço público, para ir para o privado, isto porque é um desleixo total o tratamento que este governo tem feito ao setor da saúde. Na educação é gritante o incumprimento do rácio de auxiliares e, bem, teria muitos mais para referir...

Caros deputados, este não é o país do sec. XXI que as gerações mais novas perspetivaram.

Tondela, há alguns anos atrás, teve um grande “en foco”, colocando o crescimento económico e a geração de emprego como bandeira principal para o crescimento do território. Dou os parabéns aos partidos políticos que até hoje estiveram no poder da nossa autarquia, porque se assim não fosse dificilmente teríamos um concelho tão próspero.

Já não posso dar os parabéns a quem sempre estive do lado da oposição, mais concretamente ao Partido Socialista.



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão extraordinária 26-06-2019

Tondela precisa de continuar a atrair investimento, hoje. Grande parte desse trabalho tem sido feito pela excelente capacidade do Sr. Presidente de Camara, em negociar com grandes grupos empresariais de maneira a estes se fixarem no nosso concelho, como com organizações do estado de modo a atrair financiamento para infraestruturas e necessidades básicas das populações. Ao partido da oposição, vejo-os, no legitimo direito, apenas e só preocupados em ver se falta uma pedra na calçada, se as arvores estão ou não bem podadas, se a contratação daquele artista foi ou não caro, se realmente o acasalamento dos gambuzinos do mesmo sexo, são ou não um problema para um concelho.

Este, apesar da importância de todas as questões acima referidas, não deve ser só o comportamento de quem se diz preparado para liderar, é preciso mais, é preciso que, aquando das visitas dos camaradas socialistas ao concelho tenham um propósito claro, para além das palmadinhas nas costas e das fotos, tenham um propósito claro de assumir compromissos para com a nossa região. É preciso que todos acrescentem ideias que se envolvam e que deixem de fazer politica popularucha com casos e casinhos.

Para bem das pessoas e do crescimento de uma região, é preciso não só uma liderança autárquica forte e dinâmica, mas também uma oposição interessada em contribuir com projetos e ideias para o concelho.

Tenho a firme certeza que as gentes do nosso concelho e da nossa região irão agradecer.”

Na continuação dos trabalhos, o membro Vera Machado tomou da palavra, com a intervenção que se transcreve:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restante mesa,

Presidente da Câmara, Vereadores, Comunicação Social presente,

Senhores e Senhoras Deputadas Municipais,

No passado dia 26 de Maio realizaram-se as Eleições Europeias e, pese embora todos os partidos se vangloriem com pequenos triunfos, todos os partidos saíram derrotados.



Nenhum de nós pode ficar confortável quando quase 70% dos eleitores simplesmente demonstraram que este ato eleitoral nada tinha a ver com eles.

Não fomos capazes, todos, e repito todos, de mobilizar a comunidade para a escolha do seu futuro, termos o mérito de inverter a tendência europeia que diminuiu a abstenção, e estar mais uma vez na cauda da Europa, a Europa da participação, a Europa da democracia, a Europa como um projeto de paz e desenvolvimento comum.

Penso que temos pela frente uma grande reflexão sobre a cidadania, participação cívica e aproximação às comunidades.

Temos que reinventar os modelos, abandonar as campanhas tradicionais e obsoletas e temos, sobretudo, que encontrar causas e líderes com que os eleitores se identifiquem.

Finda que está esta pequena mas importante reflexão, há que olhar para os resultados com clareza e analisar sem rodeios e o facto é que o Partido Social Democrata ganhou as eleições europeias no Concelho de Tondela.

E portanto, poderão fazer extrapolações, colocar “se” e “mas”, falar no resto do país, no distrito, na freguesia, poderão até falar nos privilegiados dos passes sociais e alegar que foi um teste às Legislativas, mas Pedro Marques e as suas muletas governativas perderam, mais uma vez, um ato eleitoral neste território.

E se a abstenção nos merece uma profunda reflexão comum, há também outros dados que nos merecem atenção.

Caros Deputados,

Alternância não é alternativa, e o tempo não traz a tão ansiada viragem só pelo ruído e achincalhamento nas redes sociais.

Os eleitores querem apenas um projeto e mostraram, mais uma vez, no nosso concelho que não quiseram dar ao Partido Socialista essa oportunidade.

As oportunidades não vêm com a longevidade, mas sim com o mérito, com a proximidade e sobretudo com a competência e responsabilidade.



Mas há dados ainda mais preocupantes, fico incrédula com a forma como se trata um eleitor que votou de forma livre e consciente. Achincalham-se os tondelenses, minoram-nos nas suas capacidades, até os chamam de jumentos porque optaram por o que entenderam ser melhor e querem depois ser eleitos por eles.

O voto é soberano, podemos gostar ou não e, no nosso concelho, o voto no PSD foi, mais uma vez, soberano.”

Seguidamente, foi a vez do grupo parlamentar do Partido Socialista, com o membro Marta Marques, com a intervenção que se transcreve:

“Assembleia Municipal De Tondela

Exmos. Membros da Mesa

Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Tondela

Caros Deputados e restantes presentes

Portugal é o sexto maior produtor mundial de lítio e o maior da Europa. O seu subsolo é rico em lítio que é especialmente concentrado nos distritos de Guarda, Viseu, Vila Real e Viana do Castelo. No entanto, as explorações mineiras vendem lítio quase exclusivamente para a indústria de cerâmica e só agora se estão modernizando para produzir o lítio de grau de pureza mais elevado que é usado em carros elétricos. Este metal é já considerado um dos metais mais importantes do século XXI. Torna possível a tecnologia de bateria recarregável encontrada em telefones celulares, laptops e veículos elétricos.

Um mercado claramente em ascensão que tem potencializado a viabilidade económica de alguns depósitos de lítio em todo o mundo, como é o caso de Portugal. Sabe-se que atualmente o Governo está a dar atenção a este assunto, tendo já criado um grupo de trabalho para concluir se a exploração deste metal em Portugal é viável ou não.

No entanto, o estudo contempla somente variáveis económicas, mencionando brevemente a importância da preservação dos ecossistemas e do meio ambiente. E, como é bem sabido, uma oportunidade está sempre de mãos dadas com uma ameaça. Já a Comissão Europeia afirmou que “a implantação de veículos” verdes “reduz o uso de combustíveis fósseis, mas aumenta a demanda por eletricidade e certas matérias-primas,



algumas das quais estão sujeitas a restrições de fornecimento e concentradas em algumas áreas geográficas.

Recentemente, a Fortescue Metals Group Exploration Pty Ltd, uma empresa australiana que se dedica à produção de ferro, requereu a atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de ouro, prata, chumbo, zinco, cobre, lítio, tungsténio, estanho e outros depósitos minerais ferrosos e minerais metálicos associados. O pedido foi publicado em “Diário da República”. A empresa apresentou já vários requerimentos, sendo que um deles diz respeito a uma área denominada «Lobão», localizada nos concelhos de Tondela, Vouzela, Viseu, Mangualde, Nelas e Carregal do Sal.

É importante estarmos cientes de todos os possíveis danos que esta extração maciça pode gerar para o meio ambiente e para a saúde pública em geral. Precisamos ter em conta três aspetos importantes: as consequências socio-ecológicas das atividades de mineração; a saúde pública e potencial toxicidade das células de bateria para a sociedade em geral; e é claro, e também muito importante, os benefícios socioeconómicos.

Muitos destes benefícios podem tornar-se irrelevantes para as necessidades das populações locais devido a danos na agricultura, escassez de água e gestão das grandes quantidades de produtos químicos tóxicos que advêm deste tipo de exploração, dos produtos químicos que podem ser vazados por lixiviação, derramamento e/ou emissões atmosféricas, causando não só a poluição da água, do ar e do solo, mas também colocando em risco o ambiente e consequentemente, o ecoturismo.

Sendo esta não só uma questão nacional, como também local, visto o nosso concelho estar incluído numa zona de potencial interesse para a exploração deste minério emergente, será importante começarmos a refletir sobre este assunto. É, por isso fundamental analisar os potenciais impactos que uma exploração deste tipo poderá trazer para a saúde e qualidade de vida dos que aqui vivem. “

Seguidamente, foi dada a palavra e interveio ao membro Rui Santos:

“Senhor presidente da assembleia, membros da mesa, senhor presidente da câmara, senhores deputados.

Começo, referindo-me à moção que foi apresentada pelo senhor deputado João Carlos. Neste momento, não tenho a informação segura, sobre o que se passa. A única



coisa que sei, é que nunca esteve previsto que o processo de requalificação acabasse antes de 2021/2022.

Sei que estamos a falar no projeto. Não sei o que se passa.

Mas, há muito ruído, sobre esta matéria. Aquilo que sei é que foi feito, em relação ao troço Penacova/ Lagoa Azul, como o senhor presidente da câmara já o referiu, a obra foi consignada. Trabalhos visíveis, no sábado ainda não haviam. Em relação ao resto, em maio, estava-se a aguardar visto do Tribunal de Contas, sobre o contrato da entidade que vai fazer o estudo e projeto. Estas obras, normalmente, são feitas por troços. Neste momento, o país está a sofrer com a falta de mão de obra disponível. Tenho receio, que a própria empreitada que está consignada, porque grande parte das empresas hoje não consegue arranjar mão de obra para executar as obras, sobretudo quando concorrem com baixos preços e neste momento com a evolução dos preços, podem chegar à conclusão que estão a perder dinheiro, abandonando as obras. Temos de começar a pensar no problema do envelhecimento, que não se resolve com medidas inventadas de natalidade de momento, porque isso não resolve nada. Temos de ter outra solução. Do meu ponto de vista, o que quero é que a obra se faça. Alias, das primeiras pessoas que há aqui que defendeu esta solução, fui eu. Está escrito, se forem ao meu facebook, há cerca de 6 ou 7 anos, está lá escrito. Eu não sou do *power point* da Via dos Duques, senhor deputados Guilherme. Acusamos os outros de apresentar *power point* e fizemos exatamente o mesmo.

Não estou aqui a revindicar questões de eleições ou não. Não vale a pena. Todos perdemos. Não vale a pena desculpar-nos com aquilo que são os insucessos, gostaria que houvesse uma participação que deveria ser elevada. Como diz, a senhora deputada Vera, é verdade, é lamentável que tenhamos as taxas de participação, nas eleições europeias, como estamos. Se calhar se fossemos apurar responsabilidades, era interessante a quem caberia a maior parte, mas não é para isso que aqui estamos. Os resultados foram os que foram. O PSD ganhou em Tondela. Parabéns pelo PSD ter ganho em Tondela. O PS ganhou noutros lados. Parabéns ao PS por ter ganho noutros lados. Aquilo que aconteceu, é que nunca houve uma distância entre o PS e o PSD como houve desta vez, em termos nacionais e as eleições europeias funcionam em círculo nacional. Isso a mim não me



satisfaz especialmente, não resolve de imediato os nossos problemas, nem vai resolver, é preciso é ter outras ideias.

A questão que foi aqui posta do serviço de oncologia, está malposta. Vão-me desculpar. Não vale a pena fazer demagogia com coisas muito sérias. É evidente que é um problema que existe, no Centro Hospitalar Tondela/Viseu. O problema foi despoletado porque uma das médicas que estava de serviço disse que queria ir embora. De facto, como foi referido, há um concurso aberto. Entretanto, foram encontradas algumas soluções. Não há muitos oncologistas no país, pois de houvesse muitos, era fácil. Abrem-se concursos e depois as pessoas não vão para Viseu ou para o interior. E, quando se discutem vencimentos. Dizer-se que se paga e muito bem em alguns casos, no serviço nacional de saúde. Tenho um amigo ortopedista que está seis meses no Algarve e pagam-lhe para lá estar em suplemento aquilo que ganha normalmente. Nós não temos aqui entre quem ganha e quem não ganha, porque isto é tudo um negócio muito complicado e isso às vezes convinha ser esclarecido. O problema está temporariamente, para já está solucionado, quer através da pessoa que acabou por ficar, quer através do reforço das pessoas que vêm fazer assistência. Não é uma situação que me satisfaça, como cidadão e como pessoa com algumas responsabilidades. Mas cuidado que não é uma situação que se resolve com alguns “estalinhos de dedos”. É preciso que as pessoas concorram e venham para cá. E que quem tenha de abrir os concursos os abra, quando for caso disso. Aí estamos de acordo.

Já agora e como devem saber, a empresa que ganhou o concurso para fazer as obras, no hospital, quando foi convocada para assinar a consignação, disse que não vinha e não quer aceitar a execução da obra e é uma empresa de grande dimensão e nem é portuguesa, porque diz que não consegue cumprir os preços que apresentou. Vamos lá ver se aceita. Esta também é outra situação que temos e que temos de ter em conta.

Tudo bem cada um vende o seu peixe. É verdade que estamos praticamente no final de junho e em outubro temos eleições. Há uma parte para fazer o número para essas eleições, as fotografias toda a gente as tira. Sem ofensa, porque não levo isso a mal. Daqui a pouco, quando virmos aquele conjunto todo de fotografias, das atividades da câmara, gostaria de saber o que se está a fazer? Se não é a mesma coisa? Dos outros que estão para a fotografia? É a vida destas coisas relacionadas com a política. Não vale a pena estar



aqui a tentar fazer ver que só uns é que fazem, quando toda a gente que está diretamente nessa disputa, o faz. Vamos é tratar das coisas importantes. Dou-os um exemplo que não é por acaso, a questão abordada, do lítio, que é uma questão muito importante. A responsabilidade do licenciamento não é do município. Mas quem está no município, tem a responsabilidade e a consciência daquilo que pode fazer e fazer as diligências necessárias no caso de considerarmos que a situação não é boa. Temos um recurso nacional importante para o país. O que precisamos de saber é se o aproveitamento em determinadas condições é mais vantajoso do que o não aproveitamento. Por exemplo, a exploração de vinho do Dão, com determinadas explorações pode estar ameaçada. Temos é de ponderar todas estas e outras situações. Obrigado.”

O membro João Carlos Antunes interveio:

“Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Deputado Rui Santos, não tenho qualquer pejo em lhe dizer de que por norma as suas intervenções são acompanhadas de equilíbrio e bom senso. É uma nota e julgo que não é descabido fazer essa afirmação. Mas não tem o dom da verdade plena e isso é que é importante dar enfase. Começando pelo lítio, sim, e seguramente o senhor presidente está mais abalizado para o dizer, o município certamente não se demitirá daquilo que forem as suas responsabilidades. Mas uma responsabilidade desta natureza é do governo, como tal essa preocupação, em primeira instância, deve ser de quem dirige os destinos do país, com os danos colaterais como a caça ao ouro branco, como é chamado, pode trazer.

Relativamente à questão da oncologia / Centro Hospitalar, a questão é mais complicada. Percebo como de alguma forma, sendo um tema sensível que o senhor queira aqui colocar alguma água na fervura e queira aqui esvaziar alguns argumentos. Mas, há coisas que dificilmente as pessoas que são servidas por aquela unidade de saúde podem entender. A médica vai-se embora, porque tem 75 anos. E já se sabia que ela ia fazer 75 anos há muito tempo. Diz que há dificuldades de oncologista. Certo. Mas verdadeiramente, uma situação destas tem de ser acautelada a seu tempo. E qual foi a solução apontada e que depois foi revertida e bem pela senhora ministra, do conselho de administração? Os próximos doentes vão ser tratados em Coimbra. Essa foi a versão inicial e que depois recuaram pela decisão tomada pela senhora ministra. Sempre que temos problemas naquele Centro Hospitalar e infelizmente temos muitos, que vão para



Handwritten signature and initials in blue ink.

além da oncologia, infelizmente para todos nós. Eu, também infelizmente, tenho tido contacto direto com aquela unidade hospitalar por diversos familiares e há ali coisas assustadoras. Não é por acaso que os diretores dos vários departamentos se foram demitindo e não é de agora e já no passado se tinham demitindo. É uma preocupação. Percebo esse bom senso de tentar esvaziar e de tentar relativizar, certo, mas não colhe em algumas matérias; que obviamente sempre que há algum problema tem de se ir a correr a Lisboa, ao ministério resolver, então é sinal de alguma incapacidade de gestão naquilo que é mais básico.”

2-Período da Ordem do Dia

2.1. Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro

O senhor presidente da câmara interveio:

“Muito bom dia, senhor presidente da mesa da assembleia municipal, membros da assembleia, secretários, público, comunicação social. A todos cumprimento e saúdo.

De forma muito objetiva, julgo que há três temas que foram percorrendo as intervenções ao longo do período “antes da ordem do dia” e por serem de relevância para a região e em particular para o concelho de Tondela, não me escusarei de fazer algumas apreciações.

Em primeiro a questão associada ao IP3. De facto, Dr. Rui Santos, estranharei que diga que não tenho informação, bastaria por isso ter acompanhado os senhores deputados, na visita que fizeram a este concelho, onde estiveram correligionários locais, candidatos, onde pela voz de deputado Pedro Coimbra que é presidente da distrital de Coimbra do PS que disse que estamos surpreendidos com este novo calendário, porque de facto fazia o IP3 todos os dias, até Penacova. À data de hoje, quero crer que o compromisso assumido com a região, seja um compromisso para tomar como válido.



Relembro o que foi acordado com o então ministro Pedro Marques, num acordo alargado de autarcas, de forças empresariais e da sociedade civil e em que assumiu um conjunto de princípios. Numa primeira fase, percebendo da dificuldade do troço entre Livraria do Mondego e Foz do Dão que teria uma requalificação de cerca de 11 milhões de euros, no qual serão executados um separador central, serão eliminadas saídas à esquerda, nomeadamente na ponte do Cunhede, será corrigido pontualmente a largura da via, seria colocado novo piso, tratado o problema da drenagem de águas e sinalização. Todos sabemos que, em termos de trabalho, sabemos que isto é importante, mas não é o que resolve grande parte dos problemas do IP3. Isto é uma conservação extraordinária, necessária e profunda. Em paralelo seria desencadeado o processo de concurso para elaboração de projeto do troço entre Souselas e Penacova, passando a via dupla com separador central e sem portagens e do troço Foz do Dão até ao limite do concelho de Tondela, nas mesmas circunstâncias. Este compromisso tinha um calendário e foi reafirmado a 18 de janeiro, junto à Lagoa Azul, com a presença do senhor primeiro ministro e do então senhor ministro das infraestruturas e do planeamento. Nesse dia foi feita a consignação do citado troço, entre Penacova e a Lagoa Azul, pelo valor de cerca de 12 milhões de euros, com o prazo de execução de 300 dias e para o qual era necessário o visto do Tribunal de Contas. Em paralelo já tinha sido lançado o concurso para o projeto. Em finais de outubro ou novembro, numa reunião que tive nas Infraestruturas de Portugal, já estava o processo a decorrer. Concurso em que concorreram muitos candidatos e que à data, está adjudicado, com um valor de pouco mais de 4 milhões de euros para o projeto. Os dados de janeiro, eram estes. A CIM adjudicou a uma equipa externa para que pudesse ajudar a equipa das Infraestruturas de Portugal a identificar constrangimentos que nestes territórios tinham de ser ultrapassados. Lembro, por exemplo, que o troço entre Valverde e Alto do Pendão, construído na década de 80, como variante a Tondela, tem um conjunto de questões nos caminhos paralelos que têm de ser revistas. Lembremo-nos que grande parte do sistema de adução de água para o concelho de Santa Comba Dão, passa nos caminhos paralelos do IP3, além de um conjunto de outras infraestruturas. Na zona do Carvalhal, o alargamento de uma via de 4 faixas, implicará cuidados acrescidos do ponto de vista acústico, da inserção da malha viária. Em tudo isto estamos disponíveis para ajudar as Infraestruturas de Portugal, no que foi aceite pela CIM, que a contratualizou.



Mais, a CIM de Coimbra percebendo a utilidade desta estratégia, também veio a tomar idêntica decisão, contratando a mesma empresa para dar o referido apoio.

Mal o ministro Pedro Marques deixou de exercer funções, de imediato, entendi que era importante solicitar-se uma reunião ao senhor Ministro Nuno Santos para saber se reafirmava ou não os mesmos princípios. Essa reunião anda a ser adiada há dois meses. Está marcada com o presidente e os dois vice-presidentes da CIM, para o próximo dia 5 de julho, na qual o senhor ministro diz não querer receber mais do que estas pessoas, nomeadamente o senhor presidente da AIRV. Não me preocupo quem vai à reunião, preocupo-me o resultado da reunião. Se a mensagem for que se mantêm os calendários com uma pequena derrapagem de dois ou três meses, todos o percebemos. Preocupa-me sim, aquilo que as Infraestruturas de Portugal há cerca de mês e meio vieram fazer às duas CIM's e é isso que o senhor deputado Pedro Coimbra, ontem, falou e que foi dizer que se estima que o projeto já com avaliação com impacto ambiental esteja concluído no terceiro trimestre de 2021, ou seja daqui a dois anos. E segundo o deputado, o lançamento da obra ocorrerá em 2022, não estando a obra concluída antes de 2024/2025. Isto é que é preocupante. Mas, até prova em contrário, acredito na palavra das pessoas e nos compromissos que foram estabelecidos. Este, de facto, é o momento crucial, porque se este princípio não for cumprido, quebra-se um pacto regional em detrimento de uma circunstância que não perceberei qual. Só espero que não haja nenhuma alteração ao que foi assumido, porque senão é adiar depois de tudo estar acordado.

Sobre investimentos, em tempo de crise, e não me perguntem se poderiam ter feito mais, não vou discutir isso, durante 4 anos, foi feita a nova ponte da Lagoa Azul com um investimento superior a 15 milhões de euros. Em tempo de bonança, à data de hoje, devem ter gasto, talvez cerca de 1 500€, em placas que estão no IP3.

De facto, tanto ontem como no sábado, passei lá e não há qualquer obra. Não me preocupo com isso, porque está a decorrer o prazo. Preocupo-me sim e reafirmo aqui se o projeto do IP3 não estiver concluído até ao final deste ano, admitindo que se iniciaria a avaliação de impacto ambiental e lançar a obra a concurso no segundo semestre de 2020, era o que estava previsto. Na nova versão, 2022, é o calendário para colocar a obra a



concurso. Mas, reafirmo aqui, acredito até à última hora o compromisso que está estabilizado.

Matéria associada à Unidade de Oncologia. Não vou acrescentar muito mais aquilo que me parece evidente. Todos sabemos a dificuldade de fidelizar, contratar determinados especialistas. É isso que acontece com a neurologia, é isso que acontece com a oncologia. As áreas de ponta de maior inovação têm essas dificuldades. Mas, o Dr. Rui Santos acabou de dar a resposta, quando falou no amigo que está no Algarve, porque tem um estímulo para lá estar. Ora, a coesão territorial faz-se com medidas de gestão para garantir esse equilíbrio. Se tenho uma força atrativa muito mais fortes em hospitais universitários, Porto, Lisboa ou Coimbra, tenho de ter eu, enquanto gestor, a decisão de saber o que posso saber para contrariar e já se fizeram iniciativas interessantes. A questão política que aqui está não é essa da dificuldade, isso é uma evidência para todos. A questão é saber, porque é que tenho dois profissionais, um com 75 anos e que sei que mais dia menos dia entrará na reforma. A fazer fé no Conselho de Administração pediu à ARS abertura de procedimento concursal para ocupar essa vaga e porque é que a ARS demorou a fazê-la ou não. Isto mais parece uma peça de teatro, deixar eclodir um problema, para que a ministra chame toda a gente a Lisboa e possa anunciar uma solução. Qual é a função dos órgãos descentralizados? Para decidir a abertura de um concurso é preciso ir à ministra? Peço desculpa, não me parece que seja normal num estado democrático. Há um Conselho de Administração que tem de tomar as suas opções, tem de ter uma visão clarificadora sobre o futuro. E há uma ARS, que naturalmente tem de gerir os recursos, tem de perceber o que vai fazer. Isto já não é a primeira vez que acontece. Ainda não há muitos meses, tivemos uma crise idêntica, onde todos os diretores de serviço ameaçaram demitir-se. Neste caso não foi necessário ir a Lisboa, foi a ARS que veio a Viseu. Isto não é possível e a mim preocupa-me, não pelas circunstâncias excecionais que referiu, que são verdadeiras. Não vou de novo fazer nenhum enfoque sobre as questões associadas à oncologia, ao ex. Secretário de Estado Manuel Delgado, não vou por aí. O que está em causa é um ato de gestão. Se é aceitável para resolver um problema de concurso, tenha de ir um Conselho de Administração, uma presidente da ARS a Lisboa, para que isto seja solucionado. Tenho muitas dúvidas em perceber que isto seja um mero lapso.



Antes de entrar nas atividades que venho aqui referir, queria abordar a temática desta corrente de alarmismo, por um lado, ou de cautela, por outro, depende da perspetiva, sobre as explorações de lítio. Para sermos claros e não haver qualquer dúvida infundada. Julgo que todos temos as nossas responsabilidades políticas nas nossas intervenções. Alarmismos centrados dos danos ao meio ambiente, no problema das águas, dos solos, dos ecossistemas, da agricultura e eu diria da qualidade de vida. Claro que qualquer um de nós tem de ter a consciência das opções que faz para o território, em primeiro lugar. Agora, julgo que é de uma antecipação despropositada abrir uma discussão destas. Estão a esquecer-se de um pormenor, qualquer exploração será sujeita a estudos de impacto ambiental. O que neste momento está a decorrer e a responsabilidade é da DGEG, foi pegar no país e admitir a possibilidade de serem feitos estudos prospetivos de eventual interesse económico para a viabilidade de explorações, que não se sabe onde. Quem definiu as áreas do país, centro/norte, 18 em concreto, que estarão abertas a essa avaliação foi a DGEG, definindo pontos, sendo que um deles é em Lobão da Beira. Não é que seja no centro de Lobão da Beira. É porque o centro geográfico daquele retângulo e como disse a Marta abrange seis concelhos. O que está em causa, são avaliações de hipotética viabilidade de prospeção. Se se confirmar que há interesse pela presença do minério, que a sua percentagem se justifica avançar. Segue-se a partir daí, o estudo de avaliação e impacto ambiental, para o qual todos seremos chamados. Todos teremos de pesar todas as variáveis económicas, sociais, ambientais, patrimoniais e das gerações futuras, que não é só das nossas. O que para mim é muito claro a este propósito, discutir um tema sem saber se ele é tema de discussão, é uma perda de energia. Estamos todos, julgo eu, bem atentos às questões. Sabemos o que está em causa. Sabemos o que são estudos, de sondagens de eventual viabilidade, em várias zonas do país, onde estão reservadas áreas onde tem concessões geológicas, por exemplo as Termas de Sangemil. Nesta fase, trata de estudos de prospeção para eventual determinação, se naquele sítio há interesse económico para poder-se iniciar o estudo de avaliação de impacto ambiental.

Se percebi a intervenção do Guilherme e da Vera, o problema não são as fotografias, que no âmbito da sua ação persistente de destruição de imagem de terceiros, procuram com isso estar sistematicamente a fazer esse trabalho. Vou falar concretamente



da questão do ambiente em que parece que vivemos no caos. Seria muito estranho que não percebêssemos que, à data de hoje: águas da zona de lazer de Várzea do Homem; águas da zona do Dinha, em Nandufe; águas da zona de lazer dos Pinchos, no ribeiro de Mosteiro de Fráguas e em Sangemil. Todas têm águas próprias para banhos. Se o estado que estamos a dizer, de grande destruição ambiental dos recursos hídricos, fosse aquele que tantas vezes ouço apregoar, à data de hoje. Vale o que vale, mas é um dado que julgo ser importante registar.

Como naquilo que vamos ver não vamos fazer nenhuma referência especial à habitação, quero fazer um ponto de situação, à data de hoje, do PARHP. Neste momento, das 121 famílias apoiadas, há um número considerável que são reconstruções totais, mais concretamente 57, estão 24 processos para concluir e, destes, na próxima quarta feira, termos uma sessão pública, onde 16 a 18 processos serão finalizados. O que quer dizer que ficarão 6 processos para concluir em julho, porque estão muito avançados. Estamos em condições, no mês de julho, de concluir o programa de apoio à recuperação de habitações permanentes. Relembro qu, com estes números, este é o concelho que tem mais habitações permanentes em operação e o que tem mais investimento nesta operação, que, no caso, tirando o apetrechamento, ronda os 9,6 milhões de euros. De facto, são números que julgo que impressionam e que é percebermos que, à data de hoje, viramos uma página no que diz respeito às habitações próprias e permanentes.

Importante, também dizer que, para habitações não permanentes, estão neste momento em apreciação 28 processos. E, relembro, também aqui, nas habitações não permanentes, este é o concelho cujo regulamento prevê uma taxa de financiamento relativamente superior aos demais municípios. Sendo verdade que este financiamento sai do orçamento municipal.

Também quero informar aqui no âmbito do fundo disponibilizado pelo Fundo Ambiental que, como é sabido, foi disponibilizado por causa da carbonização, um conjunto de recursos, quer nas CIMs, mas cuja fatia gigante foi aplicada em Lisboa. Como é sabido os passes em Lisboa tiveram um decréscimo de custos em alguns casos de 400%. No nosso caso, todos os passes mensais passaram a ter uma redução em transporte público de 20%. E os títulos comprados localmente passarão a ter uma redução de 25%. Neste



(Handwritten signature and initials)

momento, também está a experienciar um projeto piloto de duas linhas de transporte que estão a verificar se durante este mês de junho e que se iniciaram na passada segunda-feira, a título excecional, para se perceber se daqui se podem extrair conclusões para o futuro da viabilidade do transporte de passageiros flexível. Estas linhas vão de São João do Monte a Tondela e de Caparrosa / Vilar a Tondela. O objetivo, em primeiro lugar é garantir aos alunos destas povoações que, terminado o período de transporte escolar, poderiam não estar com iguais oportunidades, nomeadamente para a preparação de exames, tenham essa garantia. Se esta medida tiver sustentabilidade é nosso propósito desencadear de forma gradual este estudo e alargamento, no âmbito da rede de transporte flexíveis. É óbvio se andarem 2 ou 3 pessoas numa carreira destas não se justifica esse transporte. Era uma medida que já tínhamos previsto em programa leitoral de executivo, portanto estamos em condições de o começarmos a desenvolver. No concurso público internacional que a CIM irá lançar, em julho, de cerca de 3,8 milhões de euros, para toda a região exceto a MOVE, estão previstas algumas linhas de transporte flexível e de transporte urbano.

De seguida, o presidente da câmara municipal apresentou o relatório de atividade e financeiro (anexos 2 e 3), acompanhado pela visualização das atividades desenvolvidas no período que decorre desde a assembleia de abril até à presente data.

Foi aberto, pelo presidente da mesa um período de intervenções e interveio o membro Rui Santos:

“Senhor presidente da Mesa, Mesa, senhor presidente da câmara, caros colegas deputados municipais.

Em relação à questão do IP3, de facto quero acreditar que aquilo que chamam de compromissos e palavras, valem. O que sabia era que, em maio, o contrato com a empresa que tinha sido selecionada para realizar os estudos e projetos estava a aguardar visto do Tribunal de Contas. Portanto, neste momento deve estar consignado. Estas coisas podem ser feitas de várias maneiras, espero que haja bom senso para ver como é que essas coisas se fazem. Embora haja um estudo de impacto ambiental que tenha de ser feito,



normalmente estas obras fazem-se por troços. Portanto, a conclusão parcial é uma coisa e a conclusão global pode ser outra. De qualquer modo o prazo previsto é de 2022.

Seja um deputado do meu partido ou dos outros, às vezes não sou totalmente crédulo naquilo que eles dizem. Também ouvi isso um pouco no ar. Tinha esta informação escrita, aqui é que o problema está, daqui para a frente vamos ver se cumpre ou não cumpre. O que é preciso é que seja cumprido. Isto é um problema de interesse global. Agora, há algumas coisas que estavam calendarizadas e que neste momento não estão claramente desviadas do calendário. Um caso, por exemplo, é o da linha da Beira Alta, que sempre foi assumido que a intervenção era feita depois de concluir a da linha da Beira Baixa até à Guarda, para poder fazer o desvio dos comboios de mercadorias. Essa obra está adiantada, esperamos é que depois a outra obra avance, para além das intervenções pontuais que estão a ser feitas.

No relatório financeiro enviado e a execução da despesa: percebo que a execução da despesa de capital possa estar baixa, por outras razões, mas não pelas que estão aí ditas. Repetindo-se de outros relatórios, que isto deve-se porque não foram recebidas as verbas de financiamento. Bom, não se recebem verbas de financiamento que estão previstos, por três razões: ou porque não se fazem candidaturas, ou porque as candidaturas não são aprovadas ou se forem feitas candidaturas e foram aprovadas é porque não estão em execução. E não estar em execução pode dever-se a muitas coisas, por exemplo, pode dever-se a que se fez um projeto, se fez uma candidatura, lançou-se um concurso e o concurso fica deserto ou pode ser necessário lançar outro. Temos se calhar aqui um caso, o da Zona Industrial de Tondela, em que os concorrentes parecem terem-se queixado de que havia falta de informação, pelo que foi necessário reorganizar/refazer o projeto. Não estamos a discutir se o projeto estava ou não bem feito, mas pode ser uma das razões. O problema é que estas coisas acontecem. Julgo que esta justificação é pouco clara e é repetitiva, como há outras que aqui aparecem que são repetitivas. Acho que a direção de serviços que faz isto, deveria ter um pouco mais de cuidado na forma como estas coisas se fazem. Isto é um facto. Para mim preocupa-me se isto for uma tendência como às vezes tem sido. Tem de haver razões que justifiquem isto e não só estas.



O senhor presidente falou na questão das águas. Quero dizer, porque tem a ver com impacto ambiental e sustento ambiental, não sou alarmista. Já tenho é alguma experiência de vida e mesmo em relação a determinados estudos de impacto ambiental, tenho algumas reservas. Tenho de saber muito bem quem os faz e que credibilidade têm os factos. Por exemplo na questão do lítio, com o meu reduzido conhecimento, a Marta em alguns aspetos tem mais do que eu, considero que em termos de impacto ambiental é potencialmente menos perigoso a exploração de petróleo na costa do Algarve do que a exploração de lítio. Pode haver um acidente numa exploração de petróleo e aí os resultados são muitos complicados. Mas é menos provável que haja um acidente numa exploração de petróleo do que os efeitos quando se fazem explorações a céu aberto. Para não falar daquilo que aconteceu no Brasil, o que não é o caso com a exploração que queríamos fazer aqui, daquela barragem, e vimos o que aconteceu. As empresas a quem são atribuídas as licenças é que tem de apresentar o estudo de impacto ambiental e depois queremos saber quem os fez. Acho que temos lítio. O lítio, hoje, é importante. Se o podermos explorar, vamos explorar, mas vamos ver como o exploramos. Isto é um problema, não é um problema de ser ou não alarmista, é uma questão que se põe. Se lerem o que escrevi sobre esta questão e das baterias, acho que andam por aí uns fundamentalismos de ambientalistas de algumas coisas e inclusivamente em termos do próprio ministro do Ambiente, que disse algo que é verdade sobre os carros a gasóleo. Os carros estão a perder valor nas trocas precisamente por serem carros a gasóleo, mas que na interpretação corrente, e se calhar dele próprio, é um pouco precipitada. Alias a seguir a isto, veio aquela coisa estranha, dos meus poucos conhecimentos da física, a energia só mede a competência transferida e transformada, portanto se quero ter mais potência tenho de consumir mais energia. O que acontecia, era que havia aí uma grande apologia de gasolinas que, em determinadas condições, a gasolina com os recursos que existem para a descontaminação das partículas do oxido de azoto, os carros de gasolina serão mais poluentes. As novas normas da União Europeia vieram comprovar isso, ao contrário do que se dizia. No caso dos elétricos não são o futuro, porque como são hoje, com os problemas das baterias, há-de ser muito complicado no futuro, há-de haver outras soluções. Mas, é inevitável que caminhemos para um processo de carbonização. Isso tem de ser feito.



Handwritten signature and initials in blue ink.

Voltando à questão do ambiente, apareceu aí também a questão de Caparrosa. Fico muito satisfeito que a Levada dos Pinchos, não se lhe chamaria assim, aquela anteriormente chamava-se Levada, que um dia destes lá possa tomar banho. Já vi 6 peixes no rio. Não sei se alguém os lá foi colocar, o clube não fez repovoamento. Em conversa com o presidente do Clube de Caça e Pesca do Mosteiro, parece que o problema de Caparrosa é preocupante. Neste momento, foi pedida uma licença à Agência Portuguesa do Ambiente, por dois meses, de uma drenagem direta para o rio no início. Às vezes aparecem uns peixes esquisitos a circular, no rio em Caparrosa, junto à ponte.

Ao contrário do que dizia o senhor Arménio na última sessão, o rio não tem menos água do que teve noutros anos, felizmente, apesar da chuva não ter sido muita. Em novembro, a Barragem do Paul estava cheia, enquanto que há dois anos só encheu no final de fevereiro. O rio tem um caudal perfeitamente normal para a época. E o rio Dinha nunca foi um rio de grande corrente, sempre foi uma sucessão de represas de irrigação para servir os moinhos e isso mantém uma quantidade de água relativamente alta que, se não for contaminada, há condições para os peixes se manterem lá. Ora bem, esta questão de Caparrosinha é que eu queria bem explicada. Há um problema que é a questão da ligação dos esgotos do Fial, porque houve um desentendimento na localização da conduta e não se sabe como está a situação. O que era importante era saber qual é a circunstância que temos aqui. Qual é a previsão para a sua conclusão?

Por último, vi algo curioso em Sabugosa, em que gostaria que alguém me pudesse explicar essa situação, se teve ou não a ver com a Câmara. Foi colocado um espelho e bem no cruzamento de Sabugosa, junto à antiga Farmácia, sendo colocado num degrau que dá acesso ao pátio da Igreja. Claramente servia os objetivos. Poderia ter sido colocado na berma. Entretanto, mudaram o sinal para um lugar que hoje não tem qualquer relevância. Não sei se foi a Junta, se houve intervenção dos serviços. Tinha sido tomado uma medida que tinha aumentado a segurança de entrada naquele cruzamento, agora foi tomada uma medida inversa, comprometendo a segurança de quem ali circula, comprometendo a entrada de quem ali entra. Na posição em que está o espelho para quem vem na direção de São Miguel do Outeiro não consegue ver nada. Para quem vem da Nacional 2, também tem uma visão muito estreita. Deixava aqui esta nota. Tenho dito”



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão extraordinária 26-06-2019

Seguidamente, interveio o membro Vera Machado:

“Reitero os cumprimentos,

Neste período da ordem do dia, e após a exposição detalhada que o Senhor Presidente nos fez aqui, queria começar por dar os parabéns à autarquia por nunca ter perdido o enfoque naquilo que é essencial.

Há os casos, os casinhos e há as casas, e essas é que realmente importam.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata congratula-se pela aproximação do período de conclusão da entrega de todas habitações próprias e permanentes afetadas pelo grande incêndio de 2017 e que serão quase entregues, na totalidade, durante a próxima semana.

Este facto merece todo o realce, pelo empenho e esforço de todos os envolvidos, e deve ser mais enfatizado ainda, porque estes edificadros trarão de novo o brilho e a esperança aos que perderam tudo naquela noite.

E Senhor Presidente, deixe-me deixar-lhe um desabafo: eu vou tentando acompanhar os media locais, quer em papel ou digital, mesmo não sendo fácil, vou registando as opiniões, porque acredito convictamente que, do somatório de todos esses pontos de vista, virá com certeza um resultado final melhor e mais galvanizador. E li algo que me deixou perplexa, alguém dizia que o executivo municipal confundia propaganda com comunicação e informação.

Após a leitura do relatório que enviou, eu tenho que lhe dar um conselho, faça propaganda de vez em quando. É que com todas as diligências que tem feito que vão desde reuniões, a obras de requalificação, projetos, atividades desportivas e culturais e tantas outras coisas, penso que deverá publicitar todas essas evidências.

É que a propaganda só é válida quando tem substância e factos consequentes, é como a história da alternância e da alternativa, propagandeia-se o inócuo, o vazio, mas pronto, cumpre-se a missão que é sempre a mesma: barulho.



Indo agora aos eventos, uma palavra para o Caramulo, por um lado mais uma edição da Semana Gastronómica do Cabrito e da Serra do Caramulo, cujo propósito é a promoção da gastronomia e de um produto endógeno de elevada qualidade, o cabrito.

Trata-se de uma iniciativa de referência regional, mas parece-me também que é possível –la ainda mais com ações complementares que permitam atrair outro tipo de público-alvo ao certame.

E não saindo desta área geográfica, o reconhecido Prémio Cinco Estrelas Regiões na categoria serras e montanhas que foi atribuído à Serra do Caramulo. É o reconhecimento e a constatação de um território soberbo, mas é sobretudo o afirmar de um manancial de potencialidades turísticas únicas para o nosso Concelho.

Na área desportiva, salientar mais um sucesso da Meia Maratona e dos Jogos Desportivos que este ano testam um modelo diferente.

Ainda neste campo, parabenizar os Campeões Distritais de Futebol que integram Clube Atlético de Molelos, os Pestinhas, e como não podia deixar de ser, aliás é já recorrente da minha parte, obrigado ao CDT pelo friozinho que me fez sentir com mais uma manutenção.

Realçar também a Soenga em Molelos, penso que é uma iniciativa que tem vindo a crescer e que tem um potencial a ser desenvolvido ao longo dos próximos anos. Ainda sobre o barro negro, gostaria de questionar o Senhor Presidente se o processo de certificação já foi desencadeado.

Outro aspeto que gostaria de referir, são todas as iniciativas que envolvem os mais novos e a área da educação. Falo dos Minis e Pais em Ação, do dia da criança, das visitas ao museu, das iniciativas da biblioteca, do desporto, tudo aquilo que permite formar grandes cidadãos para o futuro.

Porque caros deputados,

Estas iniciativas que muitos apelidam de festinhas e propaganda, integram efetivamente uma estratégia de fixação de pessoas nos nossos territórios.



Além do ambiente empresarial que gera emprego e riqueza, concentrando conhecimento e inovação, essas jovens famílias precisam de ter a certeza que os seus filhos têm uma boa escola e que têm iniciativas capazes de contribuir decisivamente para o crescimento saudável daqueles que serão as nossas comunidades do futuro.”

O membro Abílio dos Santos tomou da palavra:

“Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, membros da Mesa, caros Deputados.

Concordo com o que disse a Vera. Estive presente na Semana Gastronómica do Cabrito e acho que deve ser reestruturada. Parece-me que de ano para ano, tem diminuído de qualidade e acho que devem ser implementadas novas regras para que possa atingir o esplendor que atingiu em anos anteriores.

Queria perguntar ao senhor presidente o ponto de situação da Zona Ribeirinha do Dinha.

Relativamente ao evento “Marchas Populares”, acho que correu bastante bem, com vestuários fantásticos e muita gente. Do meu ponto de vista, acho que não haveria necessidade de vir uma apresentadora de Lisboa, tanto mais que outros apresentadores, tal como o senhor presidente, a Sandra Martins e a Marta Catarina fizeram durante anos esta apresentação com muita categoria. Acho que não é necessário contratarmos apresentadores de Lisboa quando temos aqui ótimos apresentadores. Mas, isto é meramente uma opinião pessoal, não é nenhuma crítica.

Queria, também, felicitar a câmara pela Meia Maratona. Não pude estar presente por motivos de saúde, mas tive a possibilidade de assistir de minha casa e pude constatar o numero elevado de participantes.

Por questão de justiça, dizer que ultimamente o Parque Urbano tem sido muito bem aproveitado. Tem tido muito movimento de todas as faixas etárias, o que é bom para Tondela, atendendo que muitas pessoas são dos concelhos limítrofes.”

Foi dada a palavra ao senhor presidente da câmara que respondeu: às questões colocadas:



“Deputado Rui Santos a citação é sua, mas como referi, quero acreditar na palavra das pessoas.

Execuções orçamentais, projetos executados, obras lançadas, mas algumas delas a serem lançadas pela segunda vez. O caso da ZIM de Tondela é o caso mais paradigmático. No dia 1 de abril, terminava o prazo, do anterior concurso. Teve de parar-se esse procedimento, porque havia alguns concorrentes com divergências. Reiniciado o processo, foi esta semana lançado o concurso para que as propostas sejam entregues até 15 de julho. Seguidamente, visto do Tribunal de Contas e esperamos que nos inícios de setembro estejamos em condições de poder tê-lo no terreno.

A empreitada de rede de água e saneamento ao Caramulo está à espera de visto do Tribunal de Contas. A empreitada Centro Tecnológico e de Empreendedorismo está na fase de análise de proposta, indo de seguida para visto do Tribunal de Contas. Estas 3 obras falei nelas, porque o seu somatório é de 9,1 milhões de euros. De facto, dois ou três meses de paragem numa obra destas é meio milhão de euros de execução, sendo elas todas obras com financiamento. Tal como estamos a preparar uma candidatura para ser submetida para a ZIM do Lajedo. Como, também, é verdade, existem alguns protocolos com freguesias que não estão a ter o desenvolvimento esperado, do lado das freguesias, também por questões processuais. Não é por acaso que junto dos serviços e em particular dos senhores vereadores tenho insistido para que algumas destas obras tenha mais celeridade. Alias, hoje, tenho dois autos de consignação marcados. Um sobre a extensão de Saúde de Campo de Besteiros, outro sobre a requalificação da 'Fachada da Igreja Românica em Canas de Santa Maria e acesso ao lugar do Fundo do Povo, precisamente para que os empreiteiros saibam que os prazos estão a decorrer, porque há muitas empresas que ganham uma obra e depois enquanto têm obras em carteira, querem ficar à espera.

Caparrosinha/Caparrosa/Fial: enquanto estive em remodelação a ETAR de Caparrosinha, naturalmente que existiram alguns constrangimentos decorrentes da obra da ETAR. Neste momento e concluída essa remodelação, nada impede o seu funcionamento e nada tem a ver com a ligação do emissário que há-de vir do Fial. É um



corpo autónomo. Não é a circunstância de se ter alterado o trajeto do emissário de Fial, que em nada vai atrasar ou por em causa o funcionamento da ETAR de Caparrosinha.

Questões do lítio, todos estamos do mesmo lado sobre essa matéria. O que está em causa, em primeiro lugar, é saber se há viabilidade hipotética de abrir esse dossier. Só se saberá responder no fim de se conhecerem os resultados dos pré-estudos de prospeção. Depois disso, cá estaremos todos para conversar, avaliar as questões ambientais, económicas, sociais, se essa questão se colocar.

“Duvidamos todos, os estudos e são feitos à medida”. Mas, para isso é que há entidades competentes no Estado Português. Quem avalia o estudo de impacto ambiental não é o presidente da câmara, nem a Câmara Municipal, são os organismos dependentes do ministério do ambiente e em particular da energia. A eles cabe-lhes ter a função de serem zelosos, isentos e cumpridores das suas obrigações. Naturalmente, todos nós devemos ter uma opinião. Quando lá chegarmos, e se lá chegarmos, e se isso ocorrer na vigência desta legislatura, cá estaremos para ver o que isso vai dar.

Sim, já se iniciou o processo de certificação do Barro Negro de Molelos. E, pelo 2º ano consecutivo, a Serra do Caramulo recebeu o prémio 5 estrelas, que é um motivo potenciador do que é a paisagem natural do ambiente do Caramulo.

As questões da Zona Ribeirinha de Tondela: continuamos em processo negocial, atendendo ao modelo de entendimento entre os proprietários, não porque eles se oponham à venda, mas visto serem oito herdeiros e não chegarem a acordo entre eles sobre a partilha do produto da venda. Pelo que não posso colocar a obra em concurso sem ter a titularidade do terreno.

Sobre as Marchas Populares concordamos que teve uma grande dimensão. Sobre o apresentador há sempre várias opiniões. Registo e agradeço a referência aos outros apresentadores. Obrigado”

2.2. Análise, discussão e votação da alteração do Regulamento para Atribuição da Tarifa Social e Familiar (água, saneamento e resíduos sólidos)



O senhor presidente da câmara interveio:

“Como está referido na fundamentação e justificação que os senhores receberam, quando se criou o regulamento do serviço de água, abriu-se a porta para as tarifas sociais e famílias numerosas, isto há dois anos e meio. Há época não se conhecia o grau de adesão daqueles que satisfizessem esses requisitos. A malha de adesão estaria um pouco apertada. E, constatou-se que havia famílias que pesem embora os seus baixos recursos, não conseguiam entrar na malha que estava criada. Esta alteração o que faz é abrir um pouco a malha para garantir que famílias carenciadas ou numerosas tenham a possibilidade de ter apoio. Estima-se que 12 a 15 famílias que instruíram os seus processos e não tiveram resposta positiva, pelo menos essas possam, agora vir a ter resposta positiva e outras se, entretanto, tiveram os mesmos pressupostos.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a alteração ao regulamento à votação, tendo sido aprovada unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, : Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Martinho Loureiro, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Alfredo Cabral Belmiro Gomes, João Carlos Antunes, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Ferreira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.3 Análise, discussão e votação da alteração ao Regulamento Municipal da Feira de Antiguidades, Velharias e Colecionismo de Tondela

Não houve intervenções.



Colocada à votação, a alteração ao regulamento, foi aprovada unanimidade, com os votos dos membros: Carlos Cunha, : Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Martinho Loureiro, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Alfredo Cabral Belmiro Gomes, João Carlos Antunes, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Ferreira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.4. Análise, discussão e votação do Regulamento da Ficton - Feira Industrial e Comercial de Tondela

O membro Rui Santos referiu que espera que daqui em diante seja elaborado o centro de custos relativos à Ficton, ao que o senhor presidente da câmara respondeu que o centro de custo era um processo contabilístico.

Não havendo mais intervenções, foi colocado à votação, o regulamento da Ficton, tendo sido aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, : Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Martinho Loureiro, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Alfredo Cabral Belmiro Gomes, João Carlos Antunes, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Ferreira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho



Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.5. Análise, discussão e votação da transferência de competências previstas na Lei 50/2018

O senhor presidente da câmara interveio:

“Quando agendamos este ponto, fizemo-lo com base num pressuposto, como é sabido a generalidade das competências que estão aí e resultam da Lei 50/2018, tem vários prazos para pronuncia. Tivemos um prazo para a pronuncia do exercício das competências em 2019. Refiro exercício, para dizer que de facto aos municípios já não existe a possibilidade de dizer aceitação. As competências formalmente, por força da Lei 50, quer os municípios queiram ou não, quer sejam muito ou muito muito prejudicados, tem de facto as exercer. Vamos ver é como. Pronunciamo-nos para o exercício em 2019 e tínhamos até 30 de junho para nos pronunciar sobre o exercício dessas competências em 2020. Quando agendamos este ponto, era este o calendário que tínhamos a nossa frente. Há cerca de 10 dias, recebi do Secretário de Estado das Autarquias Locais um email onde dizia que será colocado no diploma das normas de execução orçamental a dilatação desse prazo para 30 de setembro. À data de hoje, também o que não deixa de ser curioso, e já vai meio ano percorrido, ainda não temos as normas de execução orçamental aprovadas. Quer isto dizer, que não nos vamos pronunciar hoje, sobre estas competências, para o exercício de 2020. Vamos fazê-lo até 30 de setembro. Da generalidade das competências é ineficaz em relação ao nosso território. Áreas como pecuária, gestão de praias, cobrança de parque de estacionamento, não temos no território. Contudo, há 3 áreas que estamos a admitir ponderar o seu exercício. Uma delas pretende-se com a gestão do património imobiliário sem utilização do Estado. No nosso concelho temos alguns pequenos edifícios que estão absolutamente abandonados, acontece com a casa do guarda florestal em Santiago de Besteiros, com idêntico edifício nos Viveiros do Caramulo, com o senatório infantil no Caramulo, pese embora, termos um contrato com a anterior ARS. Ora, esta



competência prevê que os edifícios abandonados possam ser geridos pelos municípios pelo prazo de 25 anos, sem a sua propriedade. Tendo o interesse que temos nos Viveiros do Caramulo, tendo o interesse que temos de alargar a 25 anos o contrato relativo ao sanatório, espero poder refletir sobre o facto de exercer essa competência.

A segunda tem a ver com a área da proteção civil no que diz respeito às EIP's. Ora, hoje já pagamos 50% das duas EIP's. O salário destes funcionários passará para 738,05€. Se hoje já exercemos a competência do pagamento, é uma das áreas que estamos a refletir poder acolher.

A 3ª tem a ver com a habitação. No concelho de Tondela não há património do Estado em habitação social. Existia um Bairro de Fomento de Habitação, no Bairro da Noruega. Mas esses fogos estavam todos em regime de renda resolúvel. Ou seja, é relativamente ineficaz, porque não há património, mas como queremos construir uma estratégia local de habitação que possa vir no futuro próximo a aumentar a oferta local de arrendamento, porque precisamos de estimular estes mercados.

Contudo, já estamos a apresentar números aos respetivos ministérios de educação e saúde. Na educação, há neste momento um diferencial por ano de 1,8 milhões de euros entre a avaliação do município e os dados resultantes desta proposta. Neste momento, temos um financiamento que não chega a 50% dos custos de transportes escolares. Se estamos a falar em transferência de competências com recursos financeiros associados, temos de pôr todas as variáveis na folha de cálculo. Se é para manter o que está hoje, então não é preciso haver transferência. Objetivamente, gastamos mais 600 000€ por ano em transportes escolares e não temos receita que chegue a 50%. O 2º vetor prende-se com as auxiliares da ação educativa. Há um rácio que está muito longe entre os profissionais existentes e aquilo que são as necessidades, se percebermos a nossa rede escolar e a dispersão que ainda tem. Se queremos manter escola do 1º ciclo em São João do Monte ou em Dardavaz ou em Lajeosa do Dão, há custos que lhe estão associados. Não posso ter os mesmos indicadores de um auxiliar como tinha há 20 anos atrás quando a escola abria às 9 horas e fechava às 15h30 e hoje a generalidade das nossas escolas, a partir das 8h30 até às 17h30, estão a funcionar com vários componentes: letivas, de enriquecimento, espaços lúdicos. Isto tem custos. Depois, não são 20 000€ por ano, suficientes para a manutenção de edifícios. No nosso território temos edifícios com cobertura em amianto,



Handwritten signature and initials in blue ink.

nas escolas básicas: Tondela, Lajeosa do Dão, parte de Campo de Besteiros. A manutenção destes edifícios tem custos. Neste momento, estamos com todos os dados clarificados e estão estas avaliações do lado do ministério, para a respetiva análise.

No domínio destas questões, o senhor Secretário das Autarquias Locais diz que está em análise a nova Lei dos transportes escolares. Esperamos por ela, para podermos tomar decisões. Que laboratórios e equipamentos de laboratórios deixaram de estar imputados a estes 20 000€, ano. Estamos à espera desse instrumento. Para termos noção, uma escola, como a escola secundária de Tondela, que tem mais de 200 computadores, e renovação do parque informático ocorre em média de 5 em 5 anos, Renovar um parque informático desta natureza, se dividirmos em média 50 por ano, quer dizer que os 20 000€ são absorvidos para a informática. Todas estas questões de parque informático, rede de laboratórios, tem de ser devidamente ponderado. Há uma comissão de acompanhamento. Pois bem, estaremos atentos.

No domínio da educação, o município não se reserva à resignação. O município fez as suas contas, aprofundou-as, fundamentou-as, remeteu-as à respetiva tutela e naturalmente estará disponível para se sentar na mesa das negociações.

Na área da saúde fizemos igual exercício. E deste exercício também há coisas que nos preocupa. Temos algumas unidades de saúde, polos de USF que para funcionarem têm de ter assistentes operacionais. Não há rácios na saúde para assistentes operacionais. Logo, apresentámos uma avaliação sobre rácios, tal como sobre os custos dos edifícios. Para termos uma noção, o polo de saúde em Molelos, que funciona no edifício da Casa do Povo que recebe uma renda de cerca de 1100€ por ano da saúde, ou seja 95€ por mês. No dia em que seja do município essa gestão, alguém acredita que aquela renda se mantenha por aquele valor? Estou a ver o presidente da Casa do Povo ou quem quer que seja aproximar-se do presidente da câmara e tentar negociar a renda. Agora digo, vou assinar um contrato com aqueles valores e depois teremos de compensar? Estou a dar um pequeno exemplo. Parque de viaturas: a viatura que serve a USF de Tondela é uma viatura adquirida há cerca de 20 anos, propriedade do município. Parque de viaturas para dar resposta às USF? Há um conjunto de variáveis que estão todas identificadas e estão todas do lado da Saúde.



Até ao dia 30 pronunciar-nos-emos sobre a admissibilidade ou não do seu exercício em 2020. Três delas é admissível que possamos ter a resposta positiva. Na saúde e na educação estamos disponíveis para nos sentar à mesa das negociações.

Falta ainda, na área das competências, a definição do diploma setorial na área social. Não está publicado o decreto que venha regulamentar as competências na área social e essa também é uma área muito crítica, pelo que vamos ver o que aí vem.

Sobre as transferências para as freguesias, como disse há pouco, reunimos com todos os senhores presidentes das juntas e uniões de freguesias, fizemos uma apreciação global do Decreto-Lei 57/2019 de 30 de abril. Sublinho que na maior parte das competências das freguesias, nomeadamente o que tem a ver com licenciamento com espaços públicos, a nossa opinião é que se esse licenciamento resultar de um processo de licenciamento de obra não tem sentido que o cidadão vá tratar, à câmara, da licença de obra e depois vá a determinada freguesia tratar do licenciamento da ocupação do espaço público e a Lei prevê que se definam competências que possam ficar na esfera do município, por serem mais razoáveis. Colocámos essa opção. Abrimos a possibilidade de ser refletido, por exemplo, à feira municipal, cujo espectro vai para além da União de Freguesia Tondela e Nandufe, se essa atividade não se deveria manter na esfera municipal. São questões que colocamos, como algumas vias estruturais, alguns parques que tem amplitude concelhia. Toda essa reflexão está a ser feita e com as juntas de freguesia ficou previsto, a partir de agosto, iniciar-se negociações, avaliações. Há acordo, muito bem. Não há acordo, assiste o direito de a câmara municipal se pronunciar. Continua a não haver acordo, vem à assembleia municipal. Não há acordo na assembleia municipal, volta a iniciar-se negociações. Muito obrigado”

Seguidamente, interveio o membro João Carlos Antunes, anexo 4.

2.6. Análise, discussão e votação da libertação de saldo remanescente do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho
Não houve intervenções.



Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, : Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Martinho Loureiro, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Alfredo Cabral, Belmiro Gomes, João Carlos Antunes, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Ferreira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.7. Outros assuntos de interesse para o concelho

O voto de louvor apresentado pelo membro Abílio dos Santos, no período antes da ordem do dia, foi colocado à votação tendo sido aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, : Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Martinho Loureiro, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Alfredo Cabral, Belmiro Gomes, João Carlos Antunes, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Ferreira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Seguidamente, foi colocada à votação a moção, apresentada pelo membros João Carlos Antunes, no período antes da ordem do dia, e com a ressalva que a moção é da assembleia municipal, a mesma foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos



membros: Carlos Cunha, : Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Martinho Loureiro, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Alfredo Cabral, Belmiro Gomes, João Carlos Antunes, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Ferreira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

3-Período aberto ao Público

Interveio o senhor Carlos Manuel Silva. Anexo 5.

O membro Mário Simões, enquanto público, interveio:

“Obrigado ao senhor presidente por me dar esta oportunidade, queria, simplesmente, dizer que de facto é uma coisa extraordinária o que assistimos aqui hoje. Factos são factos, não vale a pena nós queremos inventar. Só deixava uma pergunta final ao senhor Carlos Silva, anterior presidente de junta da União de Freguesias, já que não há dívida nenhuma, pergunto-lhe se já resolveu com o último senhor empreiteiro que foi à Assembleia de Freguesia pedir o dinheiro da dívida que tinha do anterior mandato? Se já decidiram entre vocês qual é o valor? Nem o senhor sabia qual era. Quando você tiver a informação sobre o valor que temos de pagar a esse senhor, faça o favor de me dizer. Como não me disse informação nenhuma durante a transição do mandato. Fomos descobrindo todas as dívidas, porque as pessoas foram ter connosco. Tudo isso, são questões que o senhor tinha de esclarecer. Deixo só esse repto relativamente à intervenção que veio aqui fazer. Esclareça com o senhor empreiteiro que tem a obra e que ainda não está paga, qual é o valor que temos de pagar. É isso que eu lhe deixo aqui ficar. E penso que com isto, esclareço tudo aquilo que foi a sua gestão na junta de freguesia e se calhar por isso teve o resultado que teve no último ato eleitoral. Muito obrigado.”



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão extraordinária 26-06-2019

Não havendo mais intervenções, o senhor presidente da mesa deu por encerrada a sessão da assembleia municipal, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do artigo 57, da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

O Presidente: Carlos Cunha

O 1º Secretário: [Assinatura]

O 2º Secretário: [Assinatura]



VOTO DE LOUVOR

O Clube Atlético de Molelos tem sido de alguns anos a esta parte, e em várias modalidades desportivas, uma Instituição fortemente vocacionada para a formação de jovens, e pese os seus parcos recursos financeiros, tem conseguido também, o que é normalmente difícil, obter bons resultados nas camadas séniores. Para que este desiderato seja possível, é justo destacar o esforço dos seus diretores, dos seus técnicos e de uma população que vive intensamente o seu Clube.

No ano desportivo que há pouco terminou, o Clube Atlético de Molelos subiu à Divisão de Hora, e os minis de Andebol sagraram-se Campeões Distritais.

Por estes feitos, e por entender ser inteiramente justa a minha pretensão

proponho a esta Assembleia, um voto de
louvor ao Clube Atlético de Molelos.

Tondela, 26 de Junho de 2019

Abílio Rodrigues dos Santos

Relatório da atividade da Câmara Municipal de Tondela

(de 30 de abril a 21 de junho de 2019)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

1. Neste período foram várias as ações que mereceram o envolvimento permanente do Município de Tondela, com visita a várias freguesias, mas também um conjunto de reuniões com diferentes instituições e entidades, com destaque para a CCDR-C, CIM Viseu Dão Lafões, Planalto Beirão, Águas do Planalto, Adices, ERSAR, Infraestruturas de Portugal, REFER, EDP, entre outros.

Continuamos a acompanhar o necessário visto prévio para a obra da rede de água (inclui captação, adutora reservatórios e distribuição), bem como a remodelação/extensão da rede de saneamento ao Caramulo.

Trata-se de uma obra adjudicada pelo valor de 2,3 milhões de euros, em que, mal tenha a obtenção de visto prévio, serão iniciados os trabalhos.

Está também adjudicada a execução da Ala B do edifício dos Paços Concelho, obra com o valor que se aproxima de 350 mil euros, que contará com um contrato programa no âmbito do Programa de Beneficiação de Equipamentos Municipais, no valor de 150 mil euros, fruto de uma candidatura do Município.

Também merece destaque o número significativo de reuniões com equipas projetistas no âmbito da recuperação de Infraestruturas municipais, em particular na recuperação da rede viária – com especial enfoque para o Caminho Municipal/Estrada 1525 (desde cruzamento da Ex-nacional 2, Ribeiro do solto, Dardavaz/Várzea do Homem/Borralhal); Estrada 1517 (desde a Ex-ER 228

Barreiro de Besteiros/ Amosa, o acesso à A25/limite do concelho de Tondela e acesso à Incoveca, entre outras intervenções de grande relevância.

A estes trabalhos associam-se a colocação de rails de proteção em muitas das vias atingidas pelo incêndio, a par da sinalização horizontal (pintura de vias) e vertical.

Tais trabalhos serão executados até final do mês de novembro, por força dos limites temporais impostos, lembrando que só há escassos meses este fundo de solidariedade da União Europeia foi disponibilizado.

Em paralelo estão a decorrer diferentes trabalhos de pavimentação em vales municipais, seja em arruamentos onde decorreram trabalhos de infraestruturas de saneamento (Molelinhos e Valverde), seja na manutenção de vias ou na colocação de asfalto (em áreas urbanas).

Importa ainda referir os trabalhos de reabilitação da Ecopista do Dão. Sendo verdade que a obra é realizada pela CIMVDL, no âmbito do FSUE, consequente ao contrato de delegação do Município, também é verdade que diversos trabalhos não constam dessa empreitada, como seja a remoção de árvores queimadas e que, perante o potencial risco de poderem vir a cair para o canal da ecopista, tem vindo a ser removidas.

A este propósito refira-se o contínuo trabalho na gestão das Faixas de Gestão de Combustível. À data, no corrente ano, estão a serem executados trabalhos que nas vales de maior importância, bem como em perímetros industriais, sendo verdade que tais empreitadas se mantêm em evolução.

Por outro lado, no quadro da mobilidade, importa informar que, no âmbito da CIM e do PART, programa desenvolvido com financiamento do Fundo ambiental, ocorreu uma redução do passe de transporte público de 20% e de 25% para a aquisição de ingresso individual.

Ainda neste domínio, está em vigor um projeto piloto que permite que a carreira pública se mantenha no circuito de São João do Monte a Tondela e de Caparrosa

a Tondela, em alguns períodos das férias escolares. Sendo o preço do ingresso de 0,50€.

Pretende-se avaliar o grau de adesão para que se possa equacionar um modelo de transporte de passageiros flexível.

2- Nesta assembleia também merece que se destaque o enquadramento resultante da Lei 57/2019 de 30 de abril, referente à transferência de competências para as freguesias

As competências a transferir para as freguesias são no âmbito da gestão e manutenção de espaços verdes, assim como de feiras e mercados, limpeza das vias e espaços públicos, manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, utilização e ocupação da via pública, afixação de publicidade de natureza comercial, autorização da atividade de exploração de máquinas de diversão e a autorização da realização de foguetas, queimadas, lançamento e queima de artigos pirotécnicos, designadamente foguetes e balões.

Importa relembrar que as freguesias devem estruturar os seus regulamentos para poderem desenvolver as competências aqui referidas, nomeadamente as que impliquem pagamento de taxas. Tais regulamentos, devem assegurar uma leitura de coerência com os instrumentos hoje existentes na esfera do Município.

Devem as Juntas/Unões de freguesia iniciar as suas ponderações, sendo verdade que a equidade será um dos princípios gerais que se alargará a todas as situações que sejam similares.

A entrada em vigor deste diploma ocorreu a 1 de maio/19, devendo as Juntas/Unões de freguesias pronunciarem-se até 30 de junho/19.



Negociação – proposta a construir conjuntamente, deliberação da CMT, Aprovação ou não, e finalmente aprovação na AM

Importa, no âmbito dos nºs 3 e 4 do artigo 2º, do citado Decreto Lei, identificar os bens/equipamentos e recursos que, por serem estruturais, devem manter-se na esfera do Município;

A Assembleia Municipal, sob proposta da CMT (e recolhido o parecer das Juntas/Unões de Freguesia), pode deliberar manter no âmbito da Intervenção dos municípios as competências referidas, no todo ou em parte, que se revelem indispensáveis para a gestão direta pelo Município e tenham natureza estruturante para o Município ou para a execução de missões de interesse geral e comum a toda ou uma parte significativa do Município.

Assim, desde já se comunica, que é espectável que algumas áreas de espaços verdes e arruamentos de estejam a coroar infraestruturas do vento da cidade se venham a manter na esfera da Câmara Municipal. O mesmo acontecerá na Feira e Mercado Municipal, pelo seu impacto concelhio.

Ainda noutra perspetiva – na transferência do poder central para o Município - a Câmara Municipal de Tondela já fez a sua avaliação para os domínios da saúde e da educação, tendo apresentado à DGAL dados que evidenciam a necessidade de se fazer um grande reforço financeiro para satisfazer os parâmetros de qualidade que se desejam para estas duas cruciais valências.

Por outro lado, no âmbito do decreto de execução orçamental de 2019, que se aguarda publicação, foi alargado prazo para pronúncia de aceitação de competências para 2020.

Desta forma, o Município tomará posição quanto ao exercício de competências no ano de 2020 até ao próximo dia 30 de setembro.

Porque estamos convictos que este processo deve proporcionar capacidade de decisão nas opções de gestão do município, na tomada de decisões de maior proximidade e de maior racionalidade, é justo que sejam disponibilizados os



recursos necessários, respeitando as especificidades dos territórios, as condições de mobilidade e os custos de contexto.

Não devemos apenas aceitar os aumentos de competências que não correspondam a recursos financeiros necessários para executar essas funções.

3- Por fim, e não o poderíamos ocultar, está a aproximar-se o período de conclusão da entrega de todas as habitações próprias e permanentes atingidas pelo grande incêndio de 2017.

Esta continua a ser uma área central nas atividades do Município, até estarem entregues a totalidade das habitações. À data, faltam entregar 24 habitações, todas elas em processo de conclusão.

É expectável que no início do próximo mês se conclua esta operação gigantesca.

Foram propostas à reunião de câmara e à CCDR para emissão de parecer de apoio para 28 habitações não permanentes, num total máximo de cerca de 640.000 euros.

4. Algumas áreas sectoriais merecem que se referiam no presente relatório:

- No quadro do Conselho Municipal da Juventude decorreram duas reuniões. Na primeira destas foi constituída uma equipa permanente de 5 conselheiros que está a elaborar a "estratégia municipal para o desenvolvimento do plano municipal da juventude" que será brevemente apresentado. Participámos na Cimeira AGIR+ onde foi apresentada a estratégia de mobilização que estamos a desenvolver.

- No Museu Terras de Besteiros, fruto da reorganização das equipas, bem como da junção do posto de turismo no espaço tem decorrido tem havido necessidade de alguns ajuntamentos. No entanto importa frisar que tem havido um considerável aumento de visitantes ao museu, quer em grupo quer individualmente. A programação de exposições realizadas tem dado alguns



contributos a esse nível, bem como a recente adesão do município ao projeto Nacional 2, tem levado a um grande acréscimo de visitas;

- Na cultura e património importa ressaltar o trabalho de limpeza e recuperação do Castro dos 3 Rios em Parada de Gonta, que está a ser desenvolvido em parceria com Junta local, bem como com um forte empenho da população. Continua a ser feito um trabalho importante de levantamento e identificação dos espaços com interesse histórico que ficaram a descoberto com os incêndios de 2017

- Continua a desenvolver-se o processo de implementação dos sistemas de proteção contra incêndios em edifícios sede das associações do concelho;

- Desde o início do ano os fiscais municipais movimentaram 455 processos dos mais diversos tipos (este número diz respeito a entrada e saída de procedimentos).

- Sistema de Informação Geográfica (SIG) – foi afeta uma nova pessoa a este serviço, bem como definidos um conjunto de tarefas para que este processo possa ter uma evolução considerável.

- Serviços de Informática – estes serviços dão apoio ao regular funcionamento da estrutura municipal. Neste momento estão particularmente envolvidos no quadro do SAMA na reformulação das soluções de Backup e servidores;

Tondela, 21 de junho de 2019

O Presidente da Câmara Municipal de Tondela,



TONDELA
MUNICÍPIO

Município de Tondela

www.cm-tondela.pt

(Divisão de Economia e Finanças)

Gredos

Claudia

João

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE TONDELA

1. INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais), apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 21 de junho de 2019.

2. RECEITA

2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período: (entre 01-01-2019 e 21-06-2019)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		REC. EST. PREVISTA CORREGIDA	REC. EST. CORRIDA REALIZADA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (47,12%)	PESO DA EXECUÇÃO REALIZADA NA REC. EST. TOTAL
CAP	CONTO	IV	II	III	IV	V
	Receitas Correntes	19.811.888,48	8.437.846,14	43,28%	-8,93%	48,36%
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4.601.114,18	2.088.485,85	45,98%	-1,14%	11,88%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	88.049,28	40.197,84	45,80%	-1,47%	8,23%
04	TAXAS, MULTAS, O PENALIDADES	251.881,89	188.805,73	78,82%	31,70%	1,14%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.308.868,00	427.348,33	32,88%	-14,40%	2,48%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.435.880,00	4.888.858,27	43,82%	-3,80%	28,58%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.812.388,00	878.388,08	37,48%	-8,83%	3,88%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	113.209,00	33.882,84	30,83%	-17,09%	0,18%
	Receitas de Capital	16.033.585,60	824.811,71	5,77%	-41,38%	5,30%
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	21,00	28.218,87	134385,10%	134317,88%	0,18%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	16.009.882,00	888.437,31	5,88%	-41,57%	5,08%
12	PASSIVOS FINANCIEROS	-	-	-	-	-
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	2,00	8.187,73	407886,80%	407839,38%	8,88%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	30.000,00	22.888,88	76,88%	28,81%	0,13%
16	SALDO DA GESTÃO ANTERIOR	8.085.885,97	8.085.885,97	100,00%	82,88%	48,34%
	TOTAL GERAL	43.830.839,45	17.448.852,82	39,98%	-7,13%	100,00%



Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que o Município de Tondela regista, no final do período em análise, uma taxa de execução da receita de aproximadamente 40%, apresentando um desvio negativo reduzido (7,13%) face ao grau de execução total da receita.

Analisando a estrutura da receita, ressalta a execução em termos de valores absolutos, registada no capítulo das taxas, multa e penalidades que, embora tendo um peso reduzido na estrutura global da receita, apresenta um grau de execução elevado na ordem dos 78,82%.

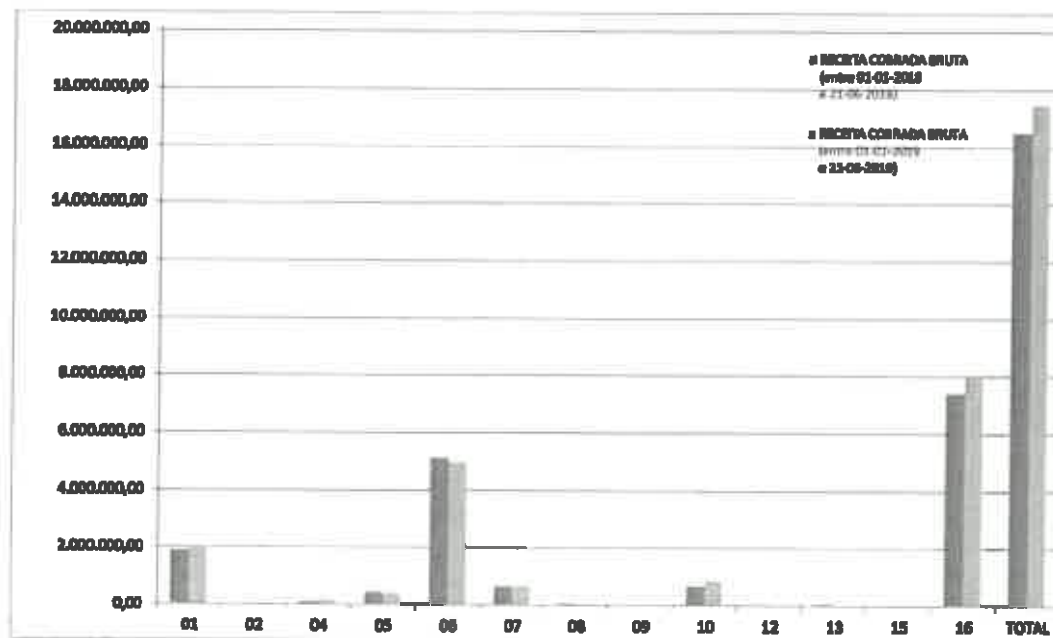
Nota para o capítulo onde estão refletidas as transferências do Orçamento do Estado (FEF e participação comunitária de projetos financiados) que assumem um peso de 28,59% no total da receita do Município (aproximadamente 5 M/€ em termos absolutos) e também para o capítulo dos impostos diretos que representa cerca de 12% do peso total da receita.

As transferências de capital apresentam um grau muito reduzido, visto que esta rubrica está associada ao não recebimento dos financiamentos acordados com as respetivas entidades financiadoras dos investimentos em curso.

Importa aqui também salientar o facto de já se encontrar refletido na execução orçamental da receita os valores das reposições abatidas aos pagamentos e o saldo da gerência anterior, que representa aproximadamente 46% do valor total da receita.

Em síntese, a receita cobrada bruta atingiu, neste período, o montante total de 17.448.652,82€.

2.2. EVOLUÇÃO DA RECEITA POR COMPARAÇÃO COM PERÍODO HOMÓLOGO



Da análise do gráfico acima exposto, é possível concluir que, globalmente, o nível de execução da receita registada, no período em análise, quando comparado com o registado no período homólogo, se apresenta satisfatório, com uma variação positiva de aproximadamente 6%, representando em termos absolutos uma variação de 970.000,00€.

Evidencia-se o crescimento das taxas, multas e outras penalidades, bem como os valores referentes às transferências de capital.

3. DESPESA

3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-2019 a 31-03-2019

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DOTAÇÕES CORRENTES	DESPESA PASSA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (47,12%)	PESO DA EXECUÇÃO EM NA DESPESA TOTAL
CDG	CDG	CDG	CDG (%)	CDG (%)	CDG (%)
Despesas Correntes	15.962.890,91	7.096.866,09	35,50%	-11,62%	80,09%
01 Despesas com Pessoal	5.638.888,00	2.097.481,88	36,82%	-11,20%	23,81%
02 Aquisição de Bens e Serviços	10.281.794,91	3.589.182,44	34,88%	-12,14%	40,92%
03 Juros Outros Encargos	98.013,00	17.093,93	47,47%	0,38%	0,18%
04 Transferências Correntes	3.497.099,00	1.249.889,17	35,71%	-11,41%	14,34%
06 Outras Despesas Correntes	328.206,00	184.281,89	40,80%	-8,22%	1,83%
Despesas de Capital	23.867.740,84	1.884.189,83	7,12%	-40,80%	19,28%
07 Aquisição de Bens de Capital	19.939.910,87	993.421,71	4,98%	-42,14%	11,33%
08 Transferências de Capital	3.047.723,57	388.488,15	11,70%	-38,42%	4,09%
09 Activos Financeiros	72.375,00	38.187,80	68,00%	2,88%	0,41%
10 Passivos Financeiros	579.200,00	286.102,27	61,47%	4,38%	3,40%
11 Outras Despesas de Capital	28.531,00	0,00	0,00%	-47,12%	0,00%
TOTAL	43.830.638,48	8.770.845,72	20,10%	-37,02%	100,00%

Face à análise do quadro síntese da execução orçamental da despesa, podemos concluir que o Município de Tondela regista, no fim do período em análise, uma taxa de execução da despesa corrente de 35,50% sendo, o grau de execução esperado de 47,12%, representando um desvio negativo de 11,62%. Por outro lado, regista uma taxa de execução da despesa de capital de 7,12%, o que representa um desvio negativo de 40%.

Nas transferências de capital, à semelhança do que acontece do lado da receita, na execução orçamental, esta rubrica também está um pouco aquém do esperado pelo atraso no recebimento das comparticipações comunitárias e baixa execução das grandes obras.



Tal como em anos anteriores, é importante salientar que a distorção na análise dos dados contidos neste mapa pode provocar, em períodos de análise inferiores aos doze meses, uma vez que, o cálculo da execução orçamental da despesa tal como deve ser efetuado, nesta fase, gera obrigatoriamente dados enviesados, que podem induzir em erro, uma vez que nem todas as despesas ocorrem de forma regular ao longo do ano, no entanto para a assunção de compromissos a despesa tem que estar prevista, mas dependendo dos prazos de execução não tem que estar necessariamente paga. São disso exemplo, as despesas referentes ao serviço da dívida, a execução do FAM, bem como as aquisições de capital, em que cada empreitada tem um cronograma financeiro próprio.

3.2. EXECUÇÃO DE COMPROMISSOS

Período 01-01-2019 a 21-05-2019

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS
CAP	DESCRIÇÃO	(1)	(2)	(3) = (2)/(1) x 100%
	Despesas Correntes	19.962.898,91	18.176.554,53	76,02%
01	Despesas com Pessoal	5.838.698,00	5.135.528,34	87,94%
02	Aquisição de Bens e Serviços	10.261.794,91	7.076.653,81	68,96%
03	Juros Outros Encargos	38.013,00	32.413,17	80,00%
04	Transferências Correntes	3.487.090,00	2.768.338,66	70,16%
06	Outras Despesas Correntes	328.298,00	181.619,53	49,23%
	Despesas de Capital	23.667.740,54	8.080.919,78	34,14%
07	Aquisição de Bens de Capital	19.939.910,87	5.525.384,87	27,71%
08	Transferências de Capital	3.047.723,57	1.875.465,98	61,54%
09	Ativos Financeiros	72.375,00	72.375,00	100,00%
10	Passivos Financeiros	579.200,00	579.155,98	99,99%
11	Outras Despesas de Capital	28.531,00	28.528,44	99,99%
	TOTAL	43.630.639,45	23.257.474,31	53,31%

Através da análise do quadro acima podemos constatar que, estando sensivelmente a meio do ano, já comprometemos 53,31% da dotação orçamental do Município. —

A execução dos compromissos correntes apresenta uma taxa elevada de aproximadamente 76%, enquanto que os compromissos de capital apresentam uma taxa de execução bem mais baixa, na ordem dos 34%.

Do total dos compromissos assumidos de 23.257.474,31€, até à data de 21-06-2019, cerca de 12M€ são compromissos transitados do ano anterior.

3.3. COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Pese embora, nos termos do Artigo 88 da LOE/2019 , o Município de Tondela se encontrar excluído do Âmbito da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, vimos ainda assim informar que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º e n.º 4 do artigo 16.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei do Compromissos e Pagamentos em Atraso - LCPA) e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho a Assembleia Municipal aprovou, no artigo 10º da Norma de Execução Orçamental dos Documentos Previsionais de 2019, na reunião do dia 17 de dezembro de 2018, uma autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos em que:

- a) Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove Euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;
- c) Resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, quando legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma físico e/ou financeiro de investimentos e outras despesas.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Faço ao que precede verificou-se que se assumiram os seguintes compromissos plurianuais entre 23-04-2019 e 21-06-2019.

COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS DE 23/04/2019 A 21/06/2019				
(As datas de assinatura em anexo ocorrem em 27/02/2019 pelo Acórdão Municipal)				
Descrição sumária do compromisso plurianual	2020	2021	2022	Seguintes
Serviços Técnicos desenvolvimento Valências Balneário Termas das Caldas Sanjevil	15.082,87 €			
Serviços Coordenação Segurança em Obras enpretadas DEPRU e DACGC	2.091,00 €			
Aquisição de equipamentos na área das tecnologias de informação e comunicação no âmbito do projeto "laboratórios vivos"	15.996,37 €			
Protocolo Colaboração Apoio Obras Edifício de Apoio Freguesia Parada de Gonta	11.700,00 €			
Protocolo Colaboração Apoio Obras Edifício de Apoio Freguesia Caparrosa Silveiras	12.000,00 €			
Protocolo Colaboração Cofinanciamento Obras alargamento Cemitério de Tonda	50.000,00 €			
Protocolo Colaboração Cofinanciamento Projeto Piscina do Tourigo	110.000,00 €			
Protocolo Colaboração âmbito Movimento Associativo - Atividade Federada ACERT	10.000,00 €			
Protocolo Colaboração âmbito Movimento Associativo - Atividade Federada ABFDT	8.400,00 €			
Protocolo Colaboração âmbito Movimento Associativo - Atividade Federada ASSOC	5.000,00 €			
Protocolo Colaboração âmbito Movimento Associativo - Atividade Federada ADRT	2.000,00 €			
Protocolo Colaboração âmbito Movimento Associativo - Atividade Federada Assoc. "Os Galfarrinos"	2.500,00 €			
Protocolo Colaboração âmbito Movimento Associativo - Atividade Federada Basteiros Futebol Clube	2.500,00 €			
Protocolo Colaboração âmbito Movimento Associativo - Atividade Federada CAM	35.000,00 €			
Protocolo Colaboração âmbito Movimento Associativo - Atividade Federada CTDT	500,00 €			
Protocolo Colaboração âmbito Movimento Associativo - Atividade Federada CDT	50.000,00 €			
Protocolo Colaboração âmbito Movimento Associativo - Atividade Federada CDT (Secção Ténis)	500,00 €			
Protocolo Colaboração âmbito Movimento Associativo - Atividade Federada Assoc. "Os Pestinhas"	3.000,00 €			
Protocolo Colaboração âmbito Movimento Associativo - Atividade Federada Rugby Clube Tondela	4.500,00 €			
Protocolo Colaboração âmbito Movimento Associativo - Atividade Federada Sporting Club Nandufe	6.500,00 €			
Protocolo Colaboração Apoio Requalificação Secção Lajeosa Dão	25.000,00 €			
Protocolo Colaboração Apoio 1ª fase Requalificação Sede Assoc. Sanjevil	16.900,00 €			
Protocolo Colaboração Apoio 2ª fase Requalificação Sede ACUCA	20.000,00 €			
Aquisição de peças e acessórios para veículos- Tratores, Alfalas, Retroescavadoras e niveladoras	4.975,00 €			

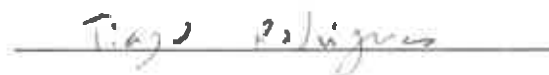


4. CONCLUSÃO

Estando decorridos apenas 172 dias do ano de 2019, poderemos concluir que o indicador da receita e da despesa se encontram ligeiramente abaixo do padrão, salientando, no entanto, que ainda se mantém a fragilidade da definição de um valor padrão de análise de execução orçamental para um período inferior a doze meses.

Tondela, 21 de Junho de 2019

Pl. A Chefe de Divisão de Economia e Finanças,





Alfredo

Alfredo
BS
[Signature]

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Senhor Presidente da Câmara

Senhoras e Senhores Deputados

O nº 1 do artº 6º da Constituição da República lembra-nos que "o Estado é unitário e respeita na sua organização e funcionamento o regime autonómico insular e os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública."

Estamos, pois, perante um pilar fundamental para a densificação da nossa democracia.

A descentralização administrativa nas autarquias locais assenta na entrega aos agentes políticos locais, legitimamente eleitos, da gestão de áreas próximas das populações.

Aqui difere da desconcentração de competências, que se realiza, por norma, dentro da hierarquia do próprio estado. Que vantagem tem a localização da recente criada secretaria de estado de valorização do interior quando, na prática as orientações políticas continuam a ser emanadas do Terreiro do Paço?

em carta branca

Mas voltando à descentralização, o tema ora em debate, importa lembrar que este tema se tornou recorrente desde 1976 mas nunca foi assumido, pelos diferentes governos, como prioridade de governação.

A descentralização é uma das mais poderosas ferramentas de aprofundamento da democracia assentes na valorização da especificidade de cada território, proporcionando igualdade de oportunidades, desenvolvimento e melhoria das condições de vida em todas as localidades do nosso país. Seja o interior profundo ou o litoral dito mais desenvolvido.

A missão levada a cabo pelo poder autárquico desde as primeiras eleições democráticas realizadas em 1976 revolucionou o nosso país. Sem as competências nele depositadas, esse desiderato não tinha sido atingido.



Em 1990 o nosso país subscreveu a Carta Europeia da Autonomia Local do Conselho da Europa, onde a descentralização era apontada como o caminho a seguir.

O Partido Social Democrata sempre esteve na linha da frente no que à descentralização de competências diz respeito.

Orgulhamo-nos do trabalho feito ao longo de décadas.

Orgulhamo-nos de ter implementado, no anterior governo, a contratualizações com 34 municípios, abrangendo 1,8 milhões de habitantes.

Também, por isso, o PSD tem legitimidade e autoridade sobre esta matéria para poder içar a bandeira da descentralização e lutar para que a sua efetiva concretização se realize com sucesso.

De forma generalista e objetivamente abstrata, a legislação que ora analisamos aponta para um caminho *que pode ser preocupante* e que nos tem de fazer pensar a todos. Refiro-me à sustentabilidade futura das autarquias locais.

Num processo desta natureza tem de haver ganhos e não retrocessos, uma vez que não há descentralização sem recursos financeiros nem humanos. Proporcionar mais competências aos municípios sem lhes proporcionar envelopes financeiros adequados e recursos humanos necessários para a implementar é, na prática, negar a essência da descentralização.

Em face do já referido, o nosso sentido de responsabilidade leva-nos a desejar que este processo seja maturado e melhor ponderado pelo *que o nosso voto* ~~que o nosso voto~~ *decided.* ~~sem contra~~

O Grupo Parlamentar do PSD

anexo


Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Sra. e Srs. Vereadores

Srs. Membros da Mesa

Srs. Presidentes de Junta de Freguesia

e Uniões de Freguesia

Caros Membros desta Assembleia

Venho a esta Assembleia Municipal perante vós por força de um conjunto de insinuações que a meu respeito e a respeito do exercício de funções enquanto Presidente da União de Freguesias de Caparrosa e Silvares, foram aqui proferidas pelo actual Presidente da União de Freguesias, na Assembleia Municipal de 22 de Fevereiro de 2019.

Não corresponde à verdade o que aqui foi referido, designadamente que a Junta não possuísse meios financeiros em 2017.

À data de 18 de Outubro de 2017, dia da tomada de posse do actual órgão executivo, a Junta possuía um saldo bancário de 36.623,87€, facto facilmente comprovável mediante extracto bancário que anexo. Mais, nesta data, a Junta de Freguesia desta União, não possuía qualquer dívida às Finanças ou à Segurança Social, conforme cópia de certidões de não dívida que também aqui



deixo anexadas. À data de 18 de Outubro foram informados à nova Junta estes factos, bem como quais os valores que se encontravam por pagar e a que entidades, conforme cópia que também aqui deixo em anexo. O saldo de execução orçamental à data de 11 de Outubro de 2017 apresentava o valor de 24.297,18€, o saldo bancário em 18 Outubro deste ano, lembro, no dia da tomada de posse do actual órgão executivo, ascendia a 36.623,87€, valor que curiosamente só em Abril de 2019 veio a ser integrado nas contas desta Junta através da prestação de contas, dado que durante todo o ano de 2018, não houve qualquer Revisão Orçamental visando por exemplo, a sua inclusão.

Aliás, também não foram apresentadas ao órgão deliberativo, as contas intercalares referentes ao período de 01 de outubro a 30 de dezembro 2017.

Os valores que se encontravam por pagar foram referenciados ao novo executivo da Junta e existia saldo mais do que suficiente para a sua liquidação.

No que concerne ao limpa bermas o mesmo é propriedade da Junta.

Tendo avariado em Agosto de 2017, este foi colocado em Oficina visando a sua reparação. É natural que a actual Junta tenha recebido o mesmo, já que se encontra em funções.

Estranhámos a intervenção nesta casa do actual Presidente de Junta. Será que a mesma visou desviar as atenções da forma como



o actual executivo vem exercendo as suas funções de forma autoritária e intransigente, num permanente desrespeito para com os membros da Assembleia de Freguesia? Ou visou desviar as atenções para o facto de o senhor Presidente e alguns elementos do executivo virem acumulando funções na Junta e de direcção em algumas associações locais onde podem existir conflitos de interesse? Ou ainda e talvez camuflar supostos empréstimos contraídos por essa Junta a entidades locais, à revelia da Assembleia de Freguesia? Ou visou a vitimização na procura de compaixão, designadamente para a inércia de acção ao longo destes quase dois anos de mandato? Ou e por fim, V^a Ex^a, quando tomou posse não pretendia herdar problemas, apenas e somente um mar de rosas?

Ser autarca é isso mesmo Sr. Presidente, é ser diariamente confrontado com os mais diversos problemas e ter que permanentemente encontrar soluções para estes...

Somos actualmente oposição na União de Freguesias de Caparrosa e Silhares, por vontade do povo que naturalmente respeitamos. Mas enquanto tal, temos também deveres e direitos e a nossa vontade é exercer ambos de forma plena durante o actual mandato.

Muito Obrigado!

Caparrosa, 26 Junho 2019

Carlos Manuel Martins da Silva



União de Freguesias de Caparrosa e Silhares

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including 'Carlos' and 'Artur'.

RELATÓRIO DE GESTÃO DA GERÊNCIA DE 2017

2017

A União de Freguesias de Caparrosa e Silhares foi criada na sequência da Reforma Autárquica do Território, e efetivada com as eleições do dia 29 de setembro de 2013. Este executivo desempenhou funções durante este mandato, com a seguinte constituição:

- Presidente – Carlos Manuel Martins da Silva
- Tesoureiro – Artur Duarte da Silva Correia
- Secretária – Maria Clara Ferreira Figueiredo Natal

A União de Freguesia de Caparrosa e Silhares à data de 30 de setembro de 2017 contava uma trabalhadora a meio tempo.

Durante este período as atividades mais relevantes desenvolvidas pelo executivo foram as seguintes:

- Foram atribuídas as verbas para o desenvolvimento das atividades das coletividades sem fins lucrativos que o solicitaram.
- Efetuaram-se obras de requalificação do Cemitério de Caparrosa e do Cemitério de Caparrosinha.
- Adquiriram-se abrigos de passageiros para paragens de autocarros, a colocar em Caparrosa, Paranho de Besteiros e Caparrosinha.
- Procedeu-se à poda de árvores e colocação de herbicidas nos arruamentos públicos nas povoações de Caparrosinha, Carvalhal da Mulher e Silhares.
- Participação no Torneio Inter freguesias 2017



Ced
Cardes
Bo
2017

União de Freguesias de Caparrosa e Silhares

- Alargamento e requalificação de largo em Caparrosinha (confluência da Rua Nossa Senhora da Auxiliadora, Rua de Cima e Rua da Ladeira).
- Realizou-se o III Passelo da União de Freguesias de Caparrosa e Silhares a Arcos de Valdevez, Ponte de Lima e Gerês.
- Reparações diversas nos sistemas de abastecimento de água da União de Freguesias.
- Reparações de valetas em Paranho de Besteiros.
- Participação nas Festas de Caparrosa, nos dias 21, 22 e 23 de julho.
- Requalificação do caminho do Ortigal em Paranho de Besteiros.
- Abertura de valeta no caminho à Calçada Romana em Paranho de Besteiros.
- Construção de muro de alargamento na Rua da Lavandeira em Caparrosinha.
- Mudança de fontanário em Paranho de Besteiros.
- Participação na FICTON 2017.
- Aplicação de calçada na Rua Elra da Quelha em Caparrosa.

O saldo da gerência anterior foi de 15.008,42 €, no que se refere à execução orçamental e de 1.857,86 relativos a operações de tesouraria. Durante o período obtiveram-se receitas correntes no montante de 59.182,60€ e receitas de capital no montante de 64.270,32 € e ocorreram recebimentos de operações de tesouraria no montante de 468,50 €.

As despesas correntes, no período em análise foram de 27.900,30 € e as despesas de capital foram de 86.263,86 €; efetuaram-se pagamentos de operações de tesouraria no montante de 2.286,89 €.

Assim, o saldo de execução orçamental para a gerência seguinte é de 24.297,18 € e de operações de tesouraria é de 39,47 €.



Cedros
Am
de 10/10

União de Freguesias de Caparrosa e Silveiras

Este saldo contabilístico é distribuído do seguinte modo:

➤ Conta nº 4.5035216.001.001 do BPI - 24.336,65€

O saldo do banco à data de 30 de setembro era 31.318,47€; A reconciliação bancária encontra-se abaixo:

Reconciliação bancária	BPI - Conta Nº 4-5035216-001-001
Saldo da Contabilidade	24 336,65 €
Cheque Nº 734	5 639,73 €
Cheque Nº 735	90,00 €
Cheque Nº 736	274,77 €
Cheque Nº 737	270,00 €
Cheque Nº 738	362,05 €
Cheque Nº 739	250,00 €
Cheque Nº 740	250,00 €
Pagamento em excesso	-154,73 €
Saldo banco	31 318,47 €

Em anexo ao presente relatório e contas, encontra-se cópia do extrato bancário.

Em relação às operações de tesouraria, o saldo apresentado de 39,47€ refere-se à TSU relativa a setembro, paga até 20 de outubro de 2017.

Em relação às dívidas a terceiros, conforme mapa em anexo, há um seguro e uma fatura da Vodafone para pagar, descontadas em conta no mês de outubro, totalizando 235,56 €

Em relação aos compromissos assumidos e não pagos, de referir o caso da empresa Bricantel, Lda, cujo compromisso assumido é de 10.726,83 € à qual foram adquiridos abrigos de passageiros, mas o fornecedor não emitiu as faturas com a referência devida ao nosso número de compromisso, mesmo após ter sido enviada a requisição e reforçado de novo o pedido aquando da receção das faturas, pelo que não se efetuou o pagamento; o mesmo se verificou com a empresa Acreditar e Fomentar, Unipessoal, Lda.



União de Freguesias de Caparrosa e Silves

Em relação ao compromisso assumido com a empresa Edlbest, Construção e Engenharia, Lda, no valor de 9.536,82 €, diz respeito à empreitada de construção de muro de alargamento junto à Fonte das Chousas em Caparrosinha, mas que por motivos imputáveis ao empreiteiro, atrasou-se a sua execução, conforme documentação no processo de contratação pública.

De referir ainda que foi solicitada a devolução de verba no montante de 2.376 € à ARSC, IP, uma vez que por lapso dos serviços deste instituto era depositado mensalmente em conta 216 €, mesmo após terem sido contactados por esta autarquia, para esclarecerem a transferência efetuada.

A União de Freguesias de Caparrosa e Silves, não tem dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira, Segurança Social, conforme certidões em anexo, nem a outras entidades.

A União de Freguesias de Caparrosa e Silves não tem empréstimos obtidos.

Caparrosa, 11 de outubro de 2017

O executivo:

António Manuel Martins da Silva

Alfama F. Figueiredo

Artur Duarte da Silva Pereira



BPI NET EMPRESAS

Contas DO > Movimentos

Nome UNIAO FREGUESIAS DE CAPARROSA E SILVARES
Conta 4-5035216.001.001 - Conta 4-5035216.001.001

Saldo Disponível 24.940,86 EUR

Saldo Contabilístico 24.940,86 EUR

Data Mov.	Data Valor	Descrição do Movimento	Valor em EUR	Saldo em EUR
10-10-2017		TRF 0000731 DE PETRO BESTEIRO COMBUSTIVEIS LDA	154,73	24.940,86
10-10-2017		CHEQUE 40963740	-250,00	24.786,13
09-10-2017		CHEQUE 40963738	-362,05	25.036,13
06-10-2017		CHEQUE 40963735	-90,00	25.398,18
04-10-2017		DEPOSITO EM NUMERARIO	45,00	25.488,18
02-10-2017		COBR SEPA 05723985990 Vodafone Portugal Com. Pessoais, S	-36,21	25.443,18
02-10-2017		COBR SEPA 20098843370 MAPFRE SEGUROS GERAIS SA	-199,35	25.479,39
02-10-2017		CHEQUE 40963734	-5.639,73	25.678,74
02-10-2017	30-09-2017	TRF 521 P/ PT50001000004482060000134 EDIBEST, LDA	-1.808,36	31.318,47
02-10-2017	30-09-2017	TRF 520 P/ PT50001000001856573000198 MARIA CLARA F. FIGUEIRE	-219,82	33.126,83
02-10-2017	30-09-2017	TRF 519 P/ PT50001000005063668000145 ARTUR DUARTE DA SILVA C	-219,82	33.346,65
02-10-2017	30-09-2017	TRF 518 P/ PT50001000005064494000153 CONTABIL. SETEMBRO	-246,00	33.566,47
29-09-2017		TRF 517 P/ PT50001000005460259000115 LUIS CARLOS SANTOS MART	-2.094,07	33.812,47
29-09-2017		TRF 516 P/ PT50001800000358237800105 ANA MARIA MARTINS RODRI	-364,59	35.908,54
29-09-2017		TRF 515 P/ PT50001000003781227000156 PETRO BESTEIRO COMBUST	-53,70	36.271,13
29-09-2017		TRF 514 P/ PT50001000003781227000156 PETRO BESTEIRO COMBUST	-804,83	36.324,83
29-09-2017		COBR SEPA 00001441890 GAS NATURAL SERVICIOS SDG SA SUCUR	-22,10	37.129,66
29-09-2017		COBR SEPA 00001441987 GAS NATURAL SERVICIOS SDG SA SUCUR	-13,04	37.151,76
28-09-2017		TRF 513 P/ PT50001000003183852000121 JORGE DA S.PACHECO	-2.692,40	37.164,80
28-09-2017		TRF 512 P/ PT50001000003183852000121 JORGE DA S.PACHECO	-5.051,43	39.857,20
28-09-2017		TRF 511 P/ PT50001000003183852000121 JORGE DA S.PACHECO	-1.934,50	44.908,63
28-09-2017		TRF 510 P/ PT50001000003183852000121 JORGE DA SILVA PACHE	-1.987,50	46.843,13
25-09-2017		DEPOSITO EM NUMERARIO	119,00	48.830,63
25-09-2017		TRF 508 P/ PT50003601159910002675213 GERMANO SOUSA + FILHOS	-110,00	48.711,63
25-09-2017		TRF 507 P/ PT50003300000004528665780 ALVARO FERNANDO OLIVEIR	-1.984,00	48.821,63
22-09-2017		TRF 509 P/ PT50001000003743248000105 CONST. PARANHENSE, LDA	-980,00	50.805,63
20-09-2017		19/09 TR RECEBIDA DE 00009938 DE MET MANUEL FERNANDES LD	327,50	51.785,63
19-09-2017		TRF 506 P/ PT50001000005460259000115 LUIS CARLOS SANTOS MART	-1.623,12	51.458,13
18-09-2017		TRF 505 P/ PT50003508180004315653007 A.PEREIRA DE SOUSA	-471,72	53.081,25



BPI NET EMPRESAS

Contas DO > Movimentos

Nome UNIAO FREGUESIAS DE CAPARROSA E SILVARES

Conta 4-5035216.001.001 - Conta 4-5035216.001.001

Saldo Disponível 36.373,87 EUR

Saldo Contabilístico 36.373,87 EUR

Data Mov.	Data Valor	Descrição do Movimento	Valor em EUR	Saldo em EUR
19-10-2017		CHEQUE 40963739	-250,00	36.373,87
18-10-2017		COBRANCA TSU NIF=510835627 - 201709	-149,91	36.623,87
13-10-2017		ESTORNO A CREDITO 40963739	150,00	36.773,78
13-10-2017		DEPOSITO EM NUMERARIO	26,00	36.623,78
13-10-2017		CHEQUE 40963739	-150,00	36.597,78
12-10-2017		CHEQUE 40963736	-274,77	36.747,78
12-10-2017		TRF 0000522 DE DIREC GER AUTARQUIAS LOCAIS	12.351,69	37.022,55
11-10-2017		CHEQUE 40963737	-270,00	24.670,86
10-10-2017		TRF 0000731 DE PETRO BESTEIROS COMBUSTIVEIS LDA	154,73	24.940,86
10-10-2017		CHEQUE 40963740	-250,00	24.786,13
09-10-2017		CHEQUE 40963738	-362,05	25.036,13
06-10-2017		CHEQUE 40963735	-90,00	25.398,18
04-10-2017		DEPOSITO EM NUMERARIO	45,00	25.488,18
02-10-2017		COBR SEPA 05723985990 Vodafone Portugal Com. Pessoais, S	-36,21	25.443,18
02-10-2017		COBR SEPA 20098843370 MAPFRE SEGUROS GERATS SA	-199,35	25.479,39
02-10-2017		CHEQUE 40963734	-5.639,73	25.678,74
02-10-2017	30-09-2017	TRF 521 P/ PT50001000004482060000134 EDIBEST, LDA	-1.808,36	31.318,47
02-10-2017	30-09-2017	TRF 520 P/ PT50001000001856573000198 MARIA CLARA F. FIGUEIRE	-219,82	33.126,83
02-10-2017	30-09-2017	TRF 519 P/ PT50001000005063668000145 ARTUR DUARTE DA SILVA C	-219,82	33.346,65
02-10-2017	30-09-2017	TRF 518 P/ PT50001000005064494000153 CONTABIL. SETEMBRO	-246,00	33.566,47
29-09-2017		TRF 517 P/ PT50001000005460259000115 LUIS CARLOS SANTOS MART	-2.094,07	33.812,47
29-09-2017		TRF 516 P/ PT50001800000358237800105 ANA MARIA MARTINS RODRI	-364,59	35.906,54
29-09-2017		TRF 515 P/ PT50001000003781227000156 PETRO BESTEIROS COMBUST	-53,70	36.271,13
29-09-2017		TRF 514 P/ PT50001000003781227000156 PETRO BESTEIROS COMBUST	-804,83	36.324,83
29-09-2017		COBR SEPA 00001441890 GAS NATURAL SERVICIOS SDG SA SUCUR	-22,10	37.129,66
29-09-2017		COBR SEPA 00001441987 GAS NATURAL SERVICIOS SDG SA SUCUR	-13,04	37.151,76
28-09-2017		TRF 513 P/ PT50001000003183852000121 JORGE DA S.PACHECO	-2.692,40	37.164,80
28-09-2017		TRF 512 P/ PT50001000003183852000121 JORGE DA S.PACHECO	-5.051,43	39.857,20
28-09-2017		TRF 511 P/ PT50001000003183852000121 JORGE DA S.PACHECO	-1.934,50	44.908,63
28-09-2017		TRF 510 P/ PT50001000003183852000121 JORGE DA SILVA PACHE	-1.987,50	46.843,13

Montante

Tipo

Todos os Movimentos

Cecilia
10/10

Ata nº 20/2017

11 de outubro

----Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezassete, na sede da União de Freguesias de Caparrosa e Silves, sita Estrada Nacional 228, número 2000, compareceram, Carlos Manuel Martins da Silva, Maria Clara Ferreira de Figueiredo Natal e Artur Duarte da Silva Correia, respectivamente Presidente, Secretária e Tesoureiro desta Freguesia. -----

----Aberta a sessão informou-se e deliberou-se o seguinte: -----

----Que neste mesmo dia, se efectuou o atendimento em Caparrosa, com a presença dos três elementos desta Junta de Freguesia, no edifício Junta de Freguesia de Caparrosa e Silves; no dia quatro de outubro efectuou-se o atendimento em Silves, não tendo comparecido nenhum freguês, quer num atendimento, quer no outro.-----

----Apreciação e votação das contas de intercalares da gerência de 1 de janeiro a 30 de setembro do ano 2017; E apreciação do inventário de bens até à data de 30 de setembro de 2017.-----

----O Senhor Presidente informou, que se encontravam já elaborados os seguintes documentos:-----

----Contas Intercalares da gerência de 1 de janeiro a 30 de setembro de 2017, incluindo fluxos de caixa, controlo orçamental da receita e da despesa, execução do PPI, relação nominal dos responsáveis, operações de tesouraria, caracterização da entidade, relatório de gestão e inventário dos bens móveis e imóveis até à data de 30 de setembro de 2017; Após algumas explicações dadas pelo senhor Presidente, nomeadamente que termina-se este mandato com um saldo (execução orçamental) para a gerência seguinte no valor de 24.297,18 € e de operações de tesouraria no valor de 39,47 €. -----

----Todos os documentos foram submetidos à votação sendo aprovados por unanimidade e serão posteriormente enviados à Assembleia de Freguesia para discussão e votação.-----

----Nada mais havendo a tratar, foi esta sessão encerrada pelo Sr. Presidente, da qual se lavrou esta ata, e eu, Maria Clara Ferreira de Figueiredo Natal, na qualidade de secretária a subscrevi.-----

O Presidente; Carlos Manuel Martins da Silva

A Secretária; Maria Clara F. Figueiredo Natal

O Tesoureiro; Artur Duarte da Silva Correia

União das Freguesias de
Caparrosa e Silvares

Concelho de Tondela

NIF: 510.835.627

Cesil
Am
8

RESUMO DA TESOUREARIA DE 01/01/2017 A 30/09/2017

	REFERÊNCIA AOS REGISTOS	SALDO DO DIA ANTERIOR	ENTRADA	SOMA	SAÍDA	SALDO PARA O DIA SEGUINTE
D I S P O N I B I L I D A D	CAIXA: Numerário	0,00	14 144,07	14 144,07	14 144,07	0,00
	CAIXA: Cheques e vales postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CAIXA: Fundos de maneio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	SUBTOTAL DE CAIXA	0,00	14 144,07	14 144,07	14 144,07	0,00
	DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS					
	BANCO BPI					
	CONTA Nº 4-5035216-001-001	16 866,28	123 452,92	140 319,20	115 982,55	24 336,65
	SUBTOTAL BANCÁRIO	16 866,28	123 452,92	140 319,20	115 982,55	24 336,65
	TOTAL DE DISPONIBILIDADES	16 866,28	137 596,99	154 463,27	130 126,62	24 336,65
	DOCUMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL DOS MOVIMENTOS DE TESOUREARIA	16 866,28	137 596,99	154 463,27	130 126,62	24 336,65
	OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	15 008,42	123 452,92	138 461,34	114 164,16	24 297,18
	RETENÇÕES POR OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS		468,50			
	OPERAÇÕES DE TESOUREARIA	1 857,86	468,50	2 326,36	2 286,89	39,47

Confirmo

Conferi

Visto

António Duarte da Silva Correia

Cesil

Carlos Manuel Martins Silva

O Tesoureiro

O/A funcionário/a da contabilidade

O Presidente

Caral
Carlos
Jorge

REGISTADA C/A.R.

023836 17 09-27 18:21

Exm.º (a) Senhor (a)

Presidente da União Freguesia de Caparrosa
e Silvares

Estrada Nacional, 228 N.º 2000

3465-101 CAPARROSA

Sua referência

Data

Nossa referência

Data

DGAG

ASSUNTO: DEVOLUÇÃO DE VERBAS

De Novembro/2016 a Setembro/2017, foi mensalmente transferido por esta ARSC, IP o valor de € 216,00, a favor da v/ conta PT 5000100005035216010197.

O valor em causa, é contudo de direito pertencente a outra entidade: "Freguesia de Silvares" - no Fundão, uma vez que aquando da união de freguesias, por analogia foi associada à "Freguesia de Caparrosa e Silvares" existente na n/ base de dados, acreditando-se que eram a mesma entidade.

A fim de solucionar esta situação ora reclamada pela Freguesia de Silvares, solicitam-se os bons ofícios de V. Ex.ª, no sentido de com a brevidade possível, procederem à devolução do valor, no total de € € 2.376,00, através de transferência bancária para o IBAN da ARSC, IP, (copla em anexo), ou através da emissão de cheque, em conformidade.

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora do Departamento



(Dra. M. Lurdes Simão)

Cono.FGomes

952010/962179

25/09/17



Cardos
Cardos
Cardos

CERTIDÃO

Aires Silva Cardoso, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de TONDELA.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A e/ou nºs 5 e 12 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).

A presente certidão é válida por três meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos nºs 4 e 6 do artigo 24º CPPT, respetivamente.

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 10 de Outubro de 2017.

IDENTIFICAÇÃO

NOME: FREGUESIA DE CAPARROSA E SILVARES

NIF: 510835627

Elementos para validação
Nº Contribuinte: 510835627
Cód. Validação: 23B27Y7GEFGT

O Chefe de Finanças,

Aires Silva Cardoso

(Aires Silva Cardoso)



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including "Carlos" and "Cecilia".

SEGURANÇA SOCIAL

DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte **FREGUESIA DE CAPARROSA E SILVARES**

Firma/denominação **FREGUESIA DE CAPARROSA E SILVARES**

Número de Identificação de Segurança Social **25108358275**

Número de Identificação Fiscal **510835827**

Número de Declaração **16089083**

Data de emissão **10-10-2017**

Declara-se que a entidade contribuinte acima identificada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

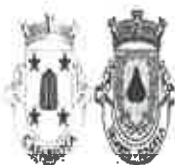
A presente declaração não constitui instrumento de quitação de dívida de contribuições e ou de juros de mora, nem prejudica ulteriores apuramentos e é válida pelo prazo de quatromeses, a partir da data de emissão.

Assinatura válida

Digitally signed by Instituto de Informática, I.P.

Date: 2017.10.10 20:47:14 +01'00

DECLARAÇÃO EMITIDA AUTOMATICAMENTE PELO SERVIÇO SEGURANÇA SOCIAL DIRECTA



Carlos
[Signature]

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CAPARROSA E SILVARES

PRESTAÇÃO DE CONTAS

**RELATIVA AO
ANO FINANCEIRO DE 2018**

APROVADO	
PELA JUNTA DE FREGUESIA	PELA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
Em reunião de 8 de abril de 2019	Em sessão de 30 de abril de 2019

Carlos

Paulo Sousa
Carlos Gonçalves
João Carlos Pereira

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CAPARROSA E SILVARES

FLUXOS DE CAIXA

Data inicial: 01/01/2018

Data final: 31/12/2018

Ano: 2018

(unidade EUR)

RECEBIMENTOS		
Saldo da gerência anterior		37,219.22
Execução orçamental	37,219.22	
Operações de Tesouraria	0.00	
Receltas Orçamentais		81.079,83
Correntes	78.079,83	
0102020000 Imposto Municipal sobre Imóveis	1.435,86	
0202080300 Ocupação de via pública	0,00	
0202080400 Canídeos	0,00	
0202089999 Outros	0,00	
0401230400 Canídeos	248,50	
0401239901 Atestados	0,00	
0401239999 Outros	0,00	
0402010000 Juros de mora	0,00	
0402020000 Juros compensatórios	0,00	
0402040000 Colmas e penalidades por contra-ordenações	0,00	
0402990000 Multas e penalidades diversas	0,00	
0502010000 Bancos e outras instituições financeiras	0,00	
0510010000 Terrenos	0,00	
0601010100 Empresas públicas	0,00	
0601020000 Privadas	0,00	
0603010400 Fundo de Financiamento das Freguesias	50.145,77	
0603040000 Estado-Sub. prot. fam. e pol. ativas emp. e form. prof.	0,00	
0603070000 Serviços e fundos autónomos	0,00	
0603090000 Ser. fun. aut.-Su. prot. fam. pol. at. emp. for. prof.	0,00	
0605010000 Continente	23.426,31	
0607010000 Instituições sem fins lucrativos	0,00	
0608010000 Famílias	0,00	
0702010000 Aluguer de espaços e equipamentos	0,00	
0702080299 Outros	0,00	
0702090500 Cemitérios	2.070,00	
0703990000 Outras	0,00	
0801999900 Diversas	753,39	
Capital	3.000,00	
0901060000 Administração Pública - Administração local - Continente	3.000,00	
1005010000 Continente	0,00	
Total		118.299.05

ORGÃO EXECUTIVO

Ass. Paulo
Ass. João
Ass. Carlos
Ass. João

ORGÃO DELIBERATIVO

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CAPARROSA E SILVARES
RESUMO DIÁRIO TESOUREARIA (SC-9) - POCAL

Número: _____ Ano: 2018 (EUR)

Data: 31/12

	Saldo do dia anterior	Entrada do dia	Soma	Saída do dia	Saldo para o dia seguinte
Cofre	3.568,73	248,50	3.817,23	1.248,68	2.568,55
Conta à Ordem	36.869,12	11.713,14	48.582,26	13.836,26	34.746,00
TOTAL DE BANCOS	36.869,12	11.713,14	48.582,26	13.836,26	34.746,00
TOTAL DE DISPONIBILIDADES	40.437,85	11.961,64	52.399,49	15.084,94	37.314,55
DOCUMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOVIMENTO TOTAL DE TESOUREARIA	40.437,85	11.961,64	52.399,49	15.084,94	37.314,55
OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	40.437,85	11.961,64	52.399,49	15.084,94	37.314,55
OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Saldo para o dia seguinte em numerário

Visto: ____/____/____

em dinheiro	em cheques
-------------	------------

Ass: *João Zambone*

Ass: *João Carlos Pereira*

Ass: *Amélia*
CONFERI

Designação da entidade	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CAPARROSA E SILVARES
------------------------	--

Gerência	01/01/2018 a 31/12/2018
----------	-------------------------

Instituição Bancária		Saldo a 31/12/2018	Saldo Contabilístico	Observações
Banco	N.º de Conta			
Conta à Ordem	PT50	0,00	34.746,00	
Total			34.746,00	

Dirigente responsável pela área administrativa e/ou Financeira Assinatura <u>Flávia Baniwa</u>

O Membro do executivo responsável pela área/plouro Financeiro Assinatura <u>Carlos Gomes</u>



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CAPARROSA E SILVARES

Celso
Boa
1

FLUXOS DE CAIXA

Ano: 2018

Data inicial : 01/01/2018

Data final : 31/12/2018

(unidade EUR)

PAGAMENTOS			
010000.0202120000 Seguros	514,28		
010000.0202130000 Deslocações e estadas	50,00		
010000.0202140000 Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	12.070,89		
010000.0202170000 Publicidade	0,00		
010000.0202190000 Assistência técnica	375,00		
010000.0202200000 Outros trabalhos especializados	662,03		
010000.0202240000 Encargos de cobrança de receitas	0,00		
010000.0202250000 Outros serviços	14.065,58		
010000.0407010000 Instituições sem fins lucrativos	1.200,00		
010000.0602030100 Outras restituições	3.129,39		
010000.0602030400 Serviços bancários	0,00		
010000.0602030500 Outras	1.164,79		
Capital		23.136,80	
010000.0701010000 Terrenos	6.000,00		
010000.0701030100 Instalações de serviços	0,00		
010000.0701040100 Viadutos, arruamentos e obras complementares	10.822,48		
010000.0701040500 Parques e jardins	5.363,42		
010000.0701040700 Captação e distribuição de água	138,00		
010000.0701040800 Sinalização e trânsito	0,00		
010000.0701041200 Cemitérios	0,00		
010000.0701060200 Outro	0,00		
010000.0701070000 Equipamento de informática	0,00		
010000.0701080000 Software Informático	0,00		
010000.0701090000 Equipamento administrativo	0,00		
010000.0701100200 Outro	812,90		
010000.0701110000 Ferramentas e utensílios	0,00		
010000.0807010000 Instituições sem fins lucrativos	0,00		
Saldo para gerência seguinte			37.314,55
Execução orçamental		37.314,55	
Operações de tesouraria		0,00	
Total			118.299,05

ORGÃO EXECUTIVO
João Paulo
João Paulo
João Paulo

ORGÃO DELIBERATIVO



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CAPARROSA E SILVARES

Prestação de Contas - Ano: 2018

Quadro Resumo das Receltas e Despesas (Fluxos de Caixa)

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Receltas	Montantes €	Despesas	Montantes €
Receita Fiscal (Impostos Directos; Impostos Indirectos, Taxas; Multas e outras Penalidades)	1.684,36	Despesas com Pessoal	12.165,09
Rendimentos de Propriedade	0,00	Aquisição de Bens e Serviços	40.198,43
Transferências Correntes da Administração Central - Fundo de Financiamento das Freguesias	50.145,77	Juros e Outros Encargos Financeiros	0,00
Transferências Correntes da Administração Central - Outras	0,00	Transferências Correntes	1.200,00
Transferências Correntes Comunitárias	0,00	Subsídios	0,00
Transferências Correntes da Administração Central - Serviços e Fundos Autónomos	0,00	Outras Despesas Correntes	4.294,18
Transferências Correntes - Administração Local	23.426,31	Aquisição de Bens de Capital	23.136,80
Transferências Correntes - Outras	0,00	Transferências de Capital	0,00
Vendas de Bens e Serviços	2.070,00	Activos Financeiros	0,00
Outras Receltas Correntes	753,39	Passivos Financeiros	0,00
Vendas de Bens de Investimento	3.000,00	Outras Despesas de Capital	0,00
Transferências de Capital - Administração Central - Cooperação Técnica e Financeira	0,00		
Transferências de Capital - Administração Central - Fundos Comunitários	0,00		
Transferências de Capital - Administração Local	0,00		
Transferências de Capital - Outras	0,00		
Activos Financeiros	0,00		
Passivos Financeiros	0,00		
Outras Receltas de Capital	0,00		
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	0,00		
Total	81.079,83		80.984,50